

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 247 • Ano 11 • NCz\$ 5,00



Novo sindicalismo
Ampliando fronteiras



tempo e presença

Revista Mensal
do CEDI

Novembro 89

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e

Jornalista Responsável
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de Arte e

Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação e Paginação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão

Rosana de Lima Soares

Capa

Lara & Bouquet

Fotolito

Donizete

Impressão e Acabamento

Gráfica Pirâmide

Edição realizada com a assessoria
do programa **Memória e**
Acompanhamento do Movimento
Operário do CEDI.

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:

NCz\$ 5,00

Assinatura anual

NCz\$ 45,00

Assinatura de apoio

NCz\$ 60,00

Como a gente gostaria que *Tempo e Presença* reabrisse o espaço ecumênico para além das fronteiras religiosas. Depois do Vaticano 2º nós perdemos o caminho da descoberta dos valores humanos e seculares. Insistimos demais na religiosidade popular. O medo do marxismo, o medo do crescimento de outras igrejas, nos empurra para os cursilhos, renovação carismática etc.

O desafio, sei, é imenso. O Vaticano desconhece outros espaços fora do alcance das autoridades religiosas. E os teólogos, competentíssimos, ficam condicionados a uma linguagem, a um esquema visivelmente de medo. Não tenho nenhum receio de dizer, não só de pensar, que dentro desta Igreja dificilmente se salva.

Temos que alargar as fronteiras. Estamos convencidos de que em Jesus de Nazaré as fronteiras cristãs coincidem com as fronteiras humanas. Nós temos é medo de levar estas convicções à prática. O Concílio Vaticano 2º abriu perspectivas, mas João 23 morreu. E agora vemos a nova — ou velha? — cristandade recuperar os espaços perdidos.

Tempo e Presença tem nos ajudado, e muito, a acreditar nesta Igreja que tem dentro de si a força da semente de uma nova sociedade ou comunidade, instrumento do Reino.

Sinceros agradecimentos acompanhados de minha admiração e torcida.

Abdala Jorge
Acesita, MG

O Centro de Cultura e Informação é um pequeno centro localizado em Ceilândia Norte, que serve de apoio às várias pastorais da Paróquia da Ressurreição e muito tem contribuído com esta comunidade quando se trata de subsídios para os grupos.

O CCI vem tentando, na medida do possível, documentar um pouco a história deste povo sofrido e marginalizado na periferia de Brasília. Por isso, e por muito mais, estamos agora assinando *Tempo e Presença*, que com certeza muito vai nos ajudar nessa caminhada.

Francisca de França
Ceilândia Norte, DF

É sempre um prazer acompanhar cada número de *Tempo e Presença*, uma revista que se destaca pelo compromisso com a reflexão e com as questões comunitárias. É nisto que *Tempo e Presença* tem me ajudado refletir o atual quadro social, as questões do trabalhador do campo e das grandes cidades, educação etc.

Aproveito para sugerir ao CEDI que dedique um número de *Tempo e Presença* ao tema das eleições presidenciais deste ano. Também tenho sentido profundamente a ausência dos artigos do professor Rubem Azevedo Alves (a quem muito admiro), que já há algum tempo não tem figurado nesta revista. Eu não sei o motivo, mas sinceramente a reflexão de Rubem Alves colabora para uma nova interpretação da realidade.

Kleber Rodrigues do Nascimento
Paulista, PE

Tempo e Presença tem-me auxiliado bastante, seja em caráter informativo, seja em caráter formativo. Diga-se de passagem que os temas são sempre atuais em nosso cenário sócio-político-

religioso-cultural. Como exemplo cito o número 243, "Estado e terra", que nos traz um excelente material sobre o assunto. Só espero que vocês continuem mantendo esta mesma linha de trabalho e jamais desanimem frente aos desafios que com certeza têm e virão.

Waldecir Gonzaga
Bebedouro, SP

Conheço *Tempo e Presença* há vários anos. Eu sou assinante da revista desde 87. Para muitas pessoas e em diferentes circunstâncias tenho dito que esta é uma das poucas revistas que levam a sério sua missão de discutir os problemas atuais que dizem respeito a todos nós.

Neri de Paula Carneiro
Goioerê, PR

Há vários anos tenho acompanhado a publicação de *Tempo e Presença* e continuo achando que cada número é melhor do que o outro. Leio texto por texto com muito aproveitamento.

Inês Grigolo
Cuiabá, MT

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO OPERÁRIO

Italianos e movimento operário.....	NCz\$ 26,50
Trabalhadores urbanos no Brasil 82/84.....	NCz\$ 56,00
História dos metalúrgicos de São Caetano.....	NCz\$ 22,40
Imagens da luta.....	NCz\$ 162,40
De Angra a Aramar.....	NCz\$ 26,00
Debate Sindical n° 8 — Dívida externa.....	NCz\$ 11,00
Debate Sindical n° 9 — A nova constituição.....	NCz\$ 11,00

MOVIMENTO CAMPONÊS

Canavieiros em greve (Caderno 14).....	NCz\$ 16,80
Hidrelétricas e meio-ambiente (Documento 3).....	NCz\$ 8,50

PASTORAL

Projetos de esperança (Milton Schwantes).....	NCz\$ 21,00
O espelho e a transparência (Jaci Maraschin).....	NCz\$ 45,00
Pai nosso — meditações (Rubem Alves).....	NCz\$ 24,00
Poesia, profecia e magia (Rubem Alves).....	NCz\$ 19,60

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para Ag. Correio 403911, Santa Cecília, SP

Novo Sindicalismo

- 4 TEMPO DE REDEFINIÇÕES
Nilde Balcão
- 6 ORGANIZAÇÃO SINDICAL
NA NOVA CONSTITUIÇÃO
Douglas G. Braga
- 9 CULTURA SINDICAL: DIGNIDADE
E ILUSÃO DE ONIPOTÊNCIA
José Domingos T. Vasconcelos
- 11 MEMÓRIA: DO SILÊNCIO
AO BANCO DE DADOS
Nelson de Oliveira e
Marita Regina de Carvalho
- 13 PREFEITURAS POPULARES
E MOVIMENTO SINDICAL
Luiz Dulci
- 15 MOVIMENTO SINDICAL
NA AMÉRICA LATINA
Mauricio Broinizi Pereira
- 18 OSVALDO BARGAS: "DEVEMOS
PRIORIZAR AS RELAÇÕES
SINDICAIS COM A AMÉRICA
LATINA"
Entrevista a Ruy de Góes L. Barros
- 20 TRABALHADORES E
CRISE DO ARMAMENTISMO
Ruy de Góes Leite de Barros
- 22 NOSSA DÍVIDA EXTERNA
É INCONSTITUCIONAL
Paulo Roberto Salles Garcia

Rubem Alves

- 24 SOBRE PEIXES E POLÍTICA

Igrejas

- 26 A ESPIRITUALIDADE DO CONFLITO
Frei Betto
- 27 BRASIL SEDIA
ASSEMBLÉIA DA FLM
Tânia Kruttscka

Anote/Igrejas

- 29 DOM MAURO MORELLI
VISITA CMI
DOCUMENTO KAIRÓS: HERESIA
NO CRISTIANISMO DE DIREITA

América Latina

- 30 REFUGIADOS GUATEMALTECOS
PEDEM SOLIDARIEDADE
INTERNACIONAL
José María Vigil

Bíblia hoje

- 33 O DIREITO DO ÓRFÃO
Milton Schwantes

Livros

- 35 DA FNM A FIAT:
FORMAS DE DOMINAÇÃO
E RESISTÊNCIA OPERÁRIA
Regina Lúcia de Moraes Morel

UMA DISCUSSÃO QUE SE AMPLIA

Nos últimos dez anos, o processo de construção da democracia no país teve nos trabalhadores um dos atores mais destacados. Apesar da crise econômica, o movimento sindical rompeu as barreiras da legislação arcaica, consolidou seus mecanismos de representação local, criou centrais nacionais e ganhou espaço na sociedade

O acúmulo dos últimos anos exige um novo salto. Depois de anos difíceis, em que o possível era a defesa de direitos mínimos, cabe agora uma atuação voltada para horizontes mais amplos. Estão dadas as condições para influir nos rumos da sociedade, rompendo com a prática corporativista e com exigências a curto prazo, que têm marcado a atuação de diversos sindicatos. Novos temas estão colocados. Novas tecnologias afetam o processo de produção, relações sociais e vida dos trabalhadores. Ensaia-se a construção dos processos de negociação coletiva, que colocam as centrais sindicais como interlocutores em nível nacional. A amplitude alcançada faz com que a questão democrática, o relacionamento com as prefeituras populares e os rumos do país entrem na pauta do movimento.

Essas mudanças rompem também barreiras geográficas. Foram

fortalecidas as relações com centrais sindicais mundiais e, após um momento de relações privilegiadas com os trabalhadores europeus, busca-se o aprofundamento de contatos com países latino-americanos, embaixado nos problemas comuns que nos atingem. A dívida externa é um dos principais.

Do ponto de vista da sociedade como um todo, cada vez mais rompe-se o isolamento das lutas e aumenta o respeito e o reconhecimento da importância do movimento sindical, ocorrendo uma apropriação de sua linguagem e métodos de luta por parte do movimento popular.

O desafio que se coloca hoje para o movimento sindical é assumir esta nova face, perdendo a ilusão onipotente de que tudo se resolve nos marcos da atuação restrita. Alguns passos já foram dados, mas ainda há muito o que fazer para romper com a prática corporativista e compreender que a luta sindical é também política e deve se dar conjuntamente com outros setores sociais e com uma abrangência temática mais ampla.

Este número de Tempo e Presença pretende ser mais um subsídio a essa discussão, que já vem sendo feita não só nos sindicatos mas na sociedade civil como um todo.



Vera Jursys/Ag. Fôton

TEMPO DE REDEFINIÇÕES

Nilde Balcão

Durante o período da “Nova República”, a partir do novo relacionamento da política institucional com o movimento sindical, delinearam-se com mais nitidez as diferenças de concepções e orientações das centrais sindicais. As políticas econômicas do governo, que sempre tiveram no arrocho salarial um de seus eixos principais, a convocação pelos ministérios do trabalho e de área econômica para negociação e o processo da Constituinte mobilizaram amplos setores do sindicalismo com suas entidades representativas.

Nesse processo, a CUT se torna a referência e direção da classe trabalhadora, pela sua capacidade de articulação das lutas, de sua estrutura de orga-

A disputa pela hegemonia no movimento sindical exige da CUT e da CGT redefinições de papéis e de postura diante do trabalhador e do Estado

nização e participação contestatória e reivindicatória diante da política institucional.

A CGT, por sua vez, reforça o corporativismo dando ênfase às lutas localizadas, valorizando seus acordos particulares e contrapondo-se à CUT em relação à política institucional, principalmente em relação às reiteradas propostas de pacto social do governo.

Essa disputa entre ambas, junto com as reorientações do Estado em relação

ao movimento sindical, estão exigindo o amadurecimento das centrais, com o aprofundamento da concepção de seus papéis perante os trabalhadores e da definição de sua postura em relação ao Estado. Nesse processo de afirmação de sua identidade, alguns elementos são fundamentais, como: os rumos da disputa pela hegemonia política; o reconhecimento legal do papel das centrais sindicais; e a postura diante do Poder Executivo.

Disputa — As disputas tendem a ser mais politizadas, seja no interior das centrais, seja no seu enfrentamento.

A partir de 1985, a CUT ganhou a maioria dos mais importantes sindicatos através da vitória nas eleições das oposições que lideraram as greves. Porém, nessa fase, outros setores do sindicalismo também têm se organizado e passado ao enfrentamento no campo que antes era apenas da CUT: o local de trabalho. Acresce-se como elemento importante na disputa a participação dos meios de comunicação, nos quais chega o debate informando e fazendo a opinião dos trabalhadores.

Por outro lado, a CUT tende a ampliar seu leque de composição partidária, o que está de acordo com seu princípio de autonomia em relação aos partidos. E a CGT tem ao longo de 1989 se dividido internamente, depurando seus conflitos partidários na confirmação da política sindical do setor hegemônico, representado por Magri.

Se esses são avanços, são também desafios. As chapas para diretorias começam a ser articuladas politicamente não mais só pela CUT, embora prevaleça ainda, em grande parte, o velho esquema das fraudes e da trulência.

Essa nova fase exigirá melhor formação política dos militantes, com o aprofundamento de sua concepção sindical, a partir de questões como o papel dos sindicatos, sua administração, mecanismos de democratização do movimento e relação deste com os partidos políticos. A aposta no debate será a única forma de superar o sectarismo e a violência e ampliar a consciência política dos trabalhadores sobre o papel de suas organizações.

Papel — Outro ponto essencial da disputa entre as centrais sindicais, de cuja resolução irão depender sua organização e seu papel, é o de regulamentação dos direitos sindicais.

A CUT coloca como uma de suas principais reivindicações negociação do contrato coletivo de trabalho, nacional e articulado. Dessa forma, enquanto central sindical, poderá negociar um acordo mínimo de salários e condições de trabalho, não se restringindo à condução das lutas massivas terminadas por negociações em separado, diversificando os resultados dos acordos em detrimento dos setores mais frágeis.

Mas ao mesmo tempo que a legislação não prevê essa forma de negociação para as centrais sindicais, ainda dificulta pela unicidade.

Por outro lado, propostas de ambas as centrais se confrontam no embate entre defesa da liberdade e autono-

mia e manutenção da atual estrutura, durante os debates no Congresso Nacional sobre legislação sindical. As principais polêmicas são o destino do imposto sindical e a definição dos critérios e canais competentes para o reconhecimento legal das entidades criadas.

Embora os dirigentes tenham acompanhado as negociações no Legislativo, uma ampla mobilização por parte dos sindicatos é condição indispensável para a possibilidade de aprovação de suas propostas, em especial na defesa da liberdade de organização.

Estado — Por fim, a articulação das lutas mais imediatas com reivindicações políticas ainda é um desafio.

O movimento sindical, apesar de suas lutas unificadas e de sua afirma-

ra na campanha presidencial, os sindicalistas têm sido desafiados a participar do debate quanto às políticas do governo.

Essa expectativa exige um patamar superior de formação, mobilização e outra postura diante do Estado, passando das simples reivindicações à compreensão das políticas globais, nas quais estão inseridas e sobre as quais deverão se posicionar.

As concepções sindicais das centrais deverão ser aprofundadas também em relação ao seu papel diante do Executivo: se se definirão apenas pela negociação com o patronato ou o governo em relação a salários e condições de trabalho, ou se articularão suas reivindicações imediatas com a definição das políticas econômicas e sociais.



ção enquanto interlocutor do Estado, mantém, no seu conjunto, uma relação de descrédito com a política institucional.

Essa postura advém não só do conservadorismo e autoritarismo do Estado, como também da herança do corporativismo e imediatismo dos sindicatos. Estes têm se absorvido nas reivindicações localizadas sem conseguir incorporá-las àquelas que, por sua natureza, contemplem o espectro dos fatores que definem sua estrutura de organização ou mesmo as políticas que determinam suas condições de vida e trabalho, através de movimentos massivos.

Se em relação ao Legislativo está em disputa o ordenamento institucional da estrutura e a definição do papel das centrais sindicais, também em relação ao Executivo se colocam novos problemas quanto à definição do papel destas.

Tanto o resultado das eleições para a prefeitura, em 1988, com a eleição de alguns governos que vieram do mesmo fluxo de movimentos reivindicatórios que originaram a CUT, como ago-

Essa articulação traz a necessidade de aprofundar a discussão sobre autonomia em relação ao Estado junto a uma postura propositiva. Por outro lado, traz a discussão sobre relação com os partidos, porque as disputas partidárias no interior das centrais sindicais tendem a se acirrar.

É também desafiadora porque suas reivindicações podem se ampliar, no sentido de os sindicatos assumirem para si uma plataforma que inclua a exigência de participação nas decisões, seja de que natureza for o governo.

As opções que, por ora, exigem um maior amadurecimento serão determinadas ao longo dos processos de organização e lutas, durante uma situação política em definição. Por isso mesmo, mais apaixonante, pois tem uma potencialidade que, aliada à vontade política, poderá implantar formas de representação e uma pauta de mobilizações inéditas em nossa história.

Dirigentes da CGT reunidos: reforço ao corporativismo e valorização de acordos particulares, em contraposição à prática da CUT

Nilde Balcão é assessora da Secretaria de Política Sindical do Partido dos Trabalhadores (PT) e colaboradora do CEDI.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NA NOVA CONSTITUIÇÃO

A Constituição garante direitos fundamentais à maioria da população, mas também contempla retrocessos: reflexos das contradições sociais

Douglas G. Braga

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Carta. Ela reflete as contradições e conflitos existentes no seio da sociedade brasileira. No contexto da correlação de forças entre os diversos setores sociais, graças à mobilização dos trabalhadores e da sociedade civil, direitos fundamentais do interesse da maioria da população puderam ser assegurados. Contudo, houve retrocessos e, não por descuido técnico, mas como forma de solução de impasses políticos, matérias de fundamental interesse para o país foram tratadas de forma ambígua e contraditória.

Esta característica que permeia o conjunto do texto constitucional aparece de forma marcante no capítulo referente à organização sindical brasileira.

Há avanços significativos quando proíbe qualquer possibilidade de ingerência estatal na vida sindical (autonomia plena frente ao Estado); há retrocesso ao impor a unicidade sindical (limite à liberdade de organização sindical) e há ambigüidade, não só face a adoção dos sistemas citados mas, especificamente, quando trata da liberdade de filiação e do sistema contributivo.

Liberdades coletivas — O Congresso Nacional Constituinte consagrou os princípios gerais das liberdades associativas ao assegurar, no título dos Direitos e Garantias Fundamentais, artigo 5º do texto constitucional, que:

“(…) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(...) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.”

No capítulo dedicado aos Direitos Sociais, as liberdades associativas sindicais foram igualmente mantidas, conforme se pode depreender da leitura do artigo 8º: “É livre a associação profissional ou sindical ...”

Objetivando uma análise dos incisos do artigo 8º, pode-se agrupá-los, segundo características que denotam a intenção do legislador e, objetivamente, por seus efeitos concretos, em três grupos, a saber: dispositivos de reforço; dispositivos restritivos e dispositivos ambíguos.

Reforço — Dispositivos de reforço são aqueles que podem ser considerados como de apoio ao direito e aos princípios das liberdades sindicais. Este conceito compreende as liberdades de organização sindical, especialmente frente ao Estado (autonomia), e de exercício pleno da atividade sindical frente a terceiros, mais especificamente em relação às empresas. Nesta categoria incluem-se os seguintes incisos:

“I — a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicatos, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

III — ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas;

V — ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VIII — é vedada a dispensa de empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura ...”

Como se vê, tais dispositivos servem para reforçar as intenções pretendidas pelo legislador de liberdades sindicais deixarem de ser uma reivindicação ou um princípio abstrato para serem um direito concreto, cujo exercício prático não poderá sofrer restrições ou interferências do Estado nem estar sujeito a eventuais artimanhas de legislação ordinária posterior.

A especificação do “órgão competente” para o registro e arquivamento dos atos constitutivos e de fundação dos sindicatos é passível de regulamentação ordinária. Contudo, a sua ausência não impede a auto-aplicabilidade da matéria, pois os cartórios de registro de títulos e documentos já são, constitucionalmente, competentes. Qualquer acréscimo restritivo, legislativo ou administrativo será inconstitucional.



Restritivos — Dispositivos restritivos são dois em que o legislador não deixa margem para dúvidas. Sua intenção impositiva e demarcadora chega a colocar em contradição os incisos com o *caput* (parágrafo introdutório) do artigo 8º. Veja-se:

“II — é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.”

O inciso cuida de impor o sindicato único por categoria profissional ou econômica, contrapondo-se, diretamente, ao princípio da pluralidade sindical.

Ao trabalhador compete conquistar a unidade política e de ação, mesmo porque não é possível decretá-la senão para que exista apenas formalmente. O sistema que melhor propicia o alcance da unidade é o da diversidade política e da convivência democrática, que dispensa o paternalismo estatal e o oportunismo político de muitos. Assim não entendeu o Congresso Constituinte, infelizmente.

É importante, pois, assegurar outras condições tratadas no inciso II, especialmente quanto à conceituação de categoria profissional, a delimitação de base territorial e a liberdade de filiação e de criação de entidades de “grau superior”.

Ao coibir a interferência e a intervenção do Estado na organização sindical e que a legislação ordinária exija autorização estatal para a fundação de sindicato, a Constituição assegurou aos trabalhadores a liberdade fundamental de decidirem sobre o nascimento de uma entidade sindical.

Portanto, o sindicato é único por categoria profissional, mas não será o Estado que dirá o que é categoria profissional e, conseqüentemente, se uma entidade sindical pode ou não ser fundada. A Constituição o proíbe expressamente. O mesmo se pode dizer sobre a delimitação da base territorial e o direito de filiação de uma entidade a outra.

Ressalte-se que não há qualquer impedimento constitucional quanto à possibilidade de criação de várias entidades ditas de “grau superior” representativas de uma mesma categoria profissional desde que, quando da mesma natureza, em suas respectivas bases agrupem distintos sindicatos.

Seria o caso, por exemplo, da criação de mais de uma federação dos bancários no Estado de São Paulo ou de vários departamentos agrupando sindi-

catos de metalúrgicos distintos. A legislação ordinária não poderá se opor, porque a Constituição garante procedimentos tais como: criação de várias federações aglutinando sindicatos de bases territoriais distintas; criação de entidades congêneres às federações; criação de entidades regionais, estaduais e nacionais intercategorias; criação de diferentes confederações ou congêneres, aglutinando entidades com bases territoriais distintas etc.

Pode-se optar por regulamentação legislativa, neste caso, objetivando a combinação dos princípios das liberdades coletivas, associativas e sindicais que prevalecem no texto constitucional, com limitação de sindicato único por categoria profissional, reforçando-se o direito dos trabalhadores diretamente interessados de administrar suas controvérsias, dirimir suas dúvidas e de deliberar, de forma autônoma, sobre assuntos de seu exclusivo interesse.

Dispositivos ambíguos — Uma terceira categoria de incisos do artigo 8º caracteriza-se pela extrema ambigüidade com relação aos objetivos a que se propõem. São os seguintes:

“IV — a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

VI — é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.”

É público e notório que o Congresso Constituinte optou por uma posição

Matérias de fundamental interesse para o país foram tratadas de forma ambígua e contraditória

conciliadora e contraditória ao tratar da sustentação financeira das entidades sindicais.

Por um lado, pretendeu preservar interesses de setores do sindicalismo brasileiro, mais precisamente da burocracia sindical, encastelada em federações e confederações atreladas ao aparelho estatal e que sempre sobreviveram às custas do imposto sindical. Por outro, preocupou-se com que os dispositivos nesta direção não ferissem de morte os princípios gerais das liberdades coletivas, associativas e sindicais, preconizados no conjunto do texto constitucional, indubitavelmente de grande interesse da imensa maioria de brasileiros.

Assim, o inciso IV do artigo 8º fala em dois tipos de contribuições.

Nada errado com o fato de a Constituição estabelecer competência da assembléia geral de categoria para a fixação da contribuição e, ainda, que esta seja descontada em folha de pagamento. Já o trecho seguinte “... para custeio do sistema confederativo...” tem que ser analisado com maior cautela. Em princípio seria de-

A negociação coletiva frutificará não por imposição legal, mas pelas relações de trabalho



Sempre sob os olhos vigilantes da polícia, o povo participa do processo constituinte através do direito legítimo de se manifestar



Lula Marques/Ag. Folhas

Muitos dos avanços conquistados na nova Constituição se deveram à mobilização de segmentos organizados da sociedade, como os professores

sejável que a destinação desta verba não incluisse expressamente o custeio do sistema confederativo, deixando ao trabalhador esta decisão. Contudo, tal procedimento deverá observar os demais dispositivos constitucionais e não atentar contra os princípios gerais das liberdades associativas e sindicais.

A expressão "sistema confederativo de representação sindical" tem que ser compreendida de maneira a não restringir ou mesmo extinguir totalmen-

te o direito à liberdade de organização sindical apregoado no *caput* do artigo 8º e seu inciso I.

O legislador quis assegurar que as chamadas entidades de "grau superior", existentes ou que venham a existir, possam ser mantidas pelas contribuições dos assalariados. Isto quando, por decisão dos próprios assalariados, a entidade sindical "inferior" vier a filiar-se a uma outra de "grau superior", pois "ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado" e "ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a um sindicato".

O segundo tipo de contribuição supõe-se previsto no inciso IV do artigo 8º, último trecho da frase, qual seja: "... independentemente da contribuição prevista em lei".

Para os mais desatentos pode parecer tratar-se da "contribuição sindical" prevista no artigo 578 da Consolidação das Leis do Trabalho. Entendemos que não, pois este capítulo da CLT, como de resto todo o Título V, tornou-se absolutamente inconstitucional a partir de 5 de outubro de 1988.

Ora, ou vale a Constituição ou vale a CLT, uma vez que uma se contrapõe à outra. A legislação consolidada restringe a liberdade de organização e de exercício da atividade sindical muito além das limitações impostas no próprio texto constitucional. Possibilita ao Estado, especialmente via Ministério do Trabalho, imiscuir-se na gestão administrativa e financeira das entidades sindicais, atribuindo-lhes caráter assistencialista e distorcido. Por exemplo, ao determinar a aplicação da contribuição sindical para o cumprimento de objetivos como manter agências de colocação, auxílio-funeral, colônia

de férias etc. Igualmente ao determinar remessas de dinheiro a entidades de "grau superior" e até mesmo ao próprio Ministério do Trabalho, que abocanha 20% do total arrecadado a esse título.

Negociação coletiva — O inciso VI do artigo 8º torna obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho. Estas, vistas como procedimento, e o contrato coletivo como instrumento, são peças-chave na montagem do jogo de correlação de forças entre capital e trabalho para afastar a interferência estatal. Apresentam como pressupostos básicos as liberdades de organização sindical frente ao Estado, de exercício de atividade sindical frente às empresas e o direito de greve.

Entende-se que a legislação ordinária que regulamenta o processo de negociação coletiva foi automaticamente revogada, primeiro por admitir a interferência estatal na organização sindical e, segundo, por restringir o direito de greve, ferindo, respectivamente, os artigos 8º e 9º da Constituição e seus incisos.

Do mesmo modo que acontece com a unicidade sindical, o processo de negociação coletiva frutificará não por imposição legal, mas sim por intermédio do amadurecimento e da modernização das relações de trabalho. O melhor estímulo para se atingir esse estágio é a existência de um ambiente de amplas liberdades e garantias sindicais sem burocracias e tutelas de qualquer natureza.

A ambigüidade apresentada pelos dispositivos em questão deve ser analisada à luz dos princípios gerais das liberdades, dos direitos e das garantias fundamentais, que devem prevalecer sempre contra qualquer forma restritiva de interpretação de direitos individuais ou coletivos.

Com relação ao sistema contributivo, entendemos ser necessária a regulamentação por legislação ordinária que deverá observar os princípios já consagrados no texto constitucional, de forma a não ferir outros direitos já assegurados.

Quanto ao processo de negociação coletiva do trabalho, não nos parece ser imprescindível que haja regulamentação via legislação ordinária, salvo reforço quanto às prerrogativas das entidades sindicais.

Douglas G. Braga é assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

DE ANGRA A ARAMAR

OS MILITARES A CAMINHO DA BOMBA

CEDI - DESEP/CUT - NEMI - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SOROCABA

E A QUESTÃO NUCLEAR?

Da usina nuclear de Angra dos Reis ao projeto do submarino nuclear de Aramar, a questão nuclear é um assunto polêmico, que a publicação discute de forma acessível, fortalecendo a luta antinuclear numa perspectiva ecológica voltada para o conjunto da sociedade.

Coedição CEDI — Desep/CUT — Nemi — Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba
138 páginas, 13,5x20,5 cm, NCz\$ 26,00

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição, CEP 01238, São Paulo, SP, ou através de vale postal para a agência do correio 403911, Santa Cecília, São Paulo, SP

CULTURA SINDICAL

DIGNIDADE E ILUSÃO
DE ONIPOTÊNCIA

O trabalhador brasileiro criou para si uma nova identidade. O movimento sindical não tem mais espaço para o imediatismo e a irreflexão

José Domingos Teixeira Vasconcelos

“Quando me lembro de como pensava a peãozada de São Bernardo dez anos atrás e de como pensa hoje, eu percebo que minha luta pode ser cansativa, mas vale a pena” (Luis Inácio Lula da Silva, *Isto É Senhor*, 4/10/89)

Os anos de 1978 e 1979 marcaram o início de novo sindicalismo, sob a liderança dos metalúrgicos do ABC paulista. De lá também surgiu, e na mesma época, a primeira proposta de criação da Central Única dos Trabalhadores. Em pouco tempo, porém, já não eram só os “peões

de São Bernardo” que se mobilizavam, mas milhões de trabalhadores de todas as categorias e vários Estados do país.

Nas eleições sindicais do início dos anos 80, um grande número de entidades foi conquistado por oposições que se alinhavam com a concepção sindical que emergia. O perfil do sindicalista brasileiro mudou. Rapidamente, quebrou-se a máscara bem comportada do assistencialismo e da colaboração com o Estado e empresários, marcas do velho sindicalismo, ganhando visibilidade uma cara não muito amistosa, mas determinada a lutar por mu-

danças radicais na situação dos trabalhadores.

Jair Meneguelli, presidente da CUT, refere-se da seguinte maneira aos principais resultados das movimentações sindicais do começo da década: “Eu acredito que a maior vitória foi a gente ter conseguido resgatar na luta a dignidade da classe trabalhadora, de colocá-la de frente no cenário político deste Brasil, de termos operários tratados como cidadãos, de reacendermos a luz da esperança na democracia...” (entrevista a *Teoria e Debate*, nº 5, 1º trimestre 89).

Em 1983, ano da fundação da CUT, o saldo era favorável aos sindicatos. Os trabalhadores não tinham conseguido todos os reajustes salariais reivindicados, mas era possível contabilizar a seu favor o desenvolvimento de uma certa capacidade de resistir às ofensivas das políticas salariais, a melhoria em algumas condições de trabalho, a construção da legitimidade junto a setores do empresariado, antes arredios a negociações, e a criação de formas de organização que mais tarde se consolidariam nacionalmente. Talvez por isso mesmo, naquele ano, pesquisa realizada pela *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 30 de outubro, revelava que junto à população paulistana a imagem dos sindicatos era relativamente boa. Convidados a dar notas de zero a dez para sindicatos, políticos, imprensa e empresários, os entrevistados “aprovaram” apenas a imprensa (nota 7,0) e os sindicatos (5,3); os empresários ficaram, no mínimo, de recuperação (4,7) e os políticos foram nitidamente reprovados (2,5).

Nova cultura — Com ouvidos de hoje, muito do que se pregava há dez anos no meio sindical pode soar utópico ou ingênuo. Pode-se argumentar também que em termos de ganhos salariais a luta sindical conseguiu pouco, uma vez que o salário real médio atual do trabalhador brasileiro é menor do que o do começo da década. Mas nas propostas da época e na experiência obtida de lá para cá encontram-se as raízes de muitas formas de representação social e de procedimentos que hoje fazem parte do cotidiano do brasileiro.

Pouco a pouco se constituiu uma cultura sindical no país, o que pode ser constatado se levarmos em conta alguns indicadores, dentre os quais os seguintes: a apropriação pela sociedade de elementos da linguagem sindical;

Com ouvidos de hoje, muito do que se pregava há dez anos pode soar como utópico ou ingênuo

a diminuição do preconceito contra a luta sindical por parte de trabalhadores que, manifestamente ou por omissão, consideravam que reivindicar salários não condizia com o *status* alcançado por sua profissão; a apropriação por parte de movimentos populares, não sindicais, de métodos de trabalho e formas de luta típicos do movimento sindical; e a popularização do conhecimento de direitos trabalhistas básicos, que poucos detinham no começo da década.

O movimento sindical recebeu influências dos movimentos populares e do movimento político mais amplo, mas influenciou-os também. Muita gente chegou à compreensão dos problemas mais profundos da nossa sociedade através da participação em discussões e campanhas em seu local de trabalho e daí reconhecendo-se como integrante de um coletivo de trabalhadores e como cidadão. Com o passar dos anos o trabalhador brasileiro ganhou uma nova cara, gerou uma identidade nova para si mesmo, marcada pela recuperação da capacidade de lutar contra a opressão econômica e política.

Nos anos recentes, o movimento sindical tornou-se uma escola de democracia para a sociedade



Vera Jursys/Ag. Fôton

Nesse processo aconteceram trocas importantes entre operários e trabalhadores oriundos das classes médias, entre trabalhadores manuais e intelectuais, entre sindicalistas homens e mulheres, jovens e velhos, metalúrgicos, petroleiros, professores, bancários. Criou-se um espaço novo de relações entre pessoas com inserções diferenciadas na sociedade, com possibilidades diferentes de acesso aos serviços de saúde e educação, acessos diferenciados ao mercado de consumo. As mulheres operárias trouxeram a esse espaço sua condição de duplamente exploradas, no trabalho e em casa. O machismo do homem brasileiro expressou-se também nesse espaço, como não poderia deixar de ser, e nele vem sendo debatido e gradativamente transformado. Os preconceitos mútuos entre intelectuais e operários vieram à tona em encontros que os colocavam lado a lado para decidir sobre problemas comuns.

Uma vez que atua no sentido de definir com clareza o perfil que o trabalhador brasileiro criou para si, essa interação tem sido saudável para a sociedade como um todo. Ainda há muito a fazer, mas não há dúvidas sobre qual o caminho a seguir.

Trata-se do caminho indicado pela convivência democrática. Entre nós, a democracia tem comparecido bastante nos discursos das autoridades, sendo, no entanto, proibida de entrar nas instituições em geral e, principalmente, nas fábricas. As pessoas estão familiarizadas ou com a rapidez autoritária nas tomadas de decisão ou com a morosidade burocrática das repartições públicas. O interior do movimento sindical, ao contrário, é um lugar onde se exercita a democracia. Pode-se di-

zer até que, nos anos recentes, o movimento sindical, em que pese todas as suas contradições, constituiu-se numa verdadeira escola de democracia para o trabalhador e para a sociedade como um todo, pois nele aprende-se a conviver com as diferenças.

Nos momentos de renovação de diretorias sindicais, associações e centrais, na preparação e na realização de congressos, em assembleias salariais e outras manifestações, têm prevalecido procedimentos democráticos. Muitas vezes já se escorregou para métodos autoritários e para a burocratização na condução de campanhas e decisões sindicais, mas estes métodos têm sido denunciados e evitados.

Novos desafios — Como se vê, hoje é possível contabilizar mais do que o resgate da dignidade como vitória do movimento. Porém, importantes setores do sindicalismo trouxeram também, juntamente com a dignidade, o seu lado sombrio, que é a ilusão de onipotência. E esta também se constitui num traço marcante da cultura sindical brasileira. Perder essa ilusão é um requisito essencial para que o movimento enfrente com chances de sucesso os novos desafios que estão colocados. É preciso conhecer o verdadeiro tamanho do poder que cabe ao movimento sindical exercer para que questões como a superação do viés economicista nas lutas salariais, a definição de uma política de integração sindical na América Latina, a incorporação das preocupações ecológicas à luta sindical recebam um tratamento que contribua para a construção de uma sociedade mais fraterna.

Muitos dos que acompanham o movimento sindical consideram que vive-se nele o fechamento de um ciclo, o que torna possível fazer reflexões sobre algumas questões que, mesmo sendo importantes, não têm merecido a devida atenção em face de outras prioridades. Reconhecer a existência de uma cultura sindical no país é gratificante, pois demonstra que não são apenas os meios de comunicação que têm o condão de criar identidades culturais no Brasil. E aumenta também a responsabilidade dos sindicalistas que, por estarem em foco dentro da cena política, têm muitas de suas opiniões e atitudes tomadas como parâmetro, não havendo mais espaço para imediatismos e irreflexões.

José Domingos Teixeira Vasconcelos é colaborador do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do CEDI.

MEMÓRIA

DO SILÊNCIO AO BANCO DE DADOS

A partir do projeto político dos trabalhadores a documentação se constitui em elemento estratégico de apoio às lutas sindicais

**Nelson de Oliveira e
Marita Regina de Carvalho**

No filme *Blade Runner*, os andróides não sabiam de onde vinham, quem seriam seus pais, nem mesmo se eram ou não andróides, construídos à imagem e semelhança dos seres humanos através da engenharia genética. Fabricados para o trabalho subserviente, estavam proibidos de pisar o planeta Terra porque nele poderiam encontrar referências e dados com os quais formariam uma memória, um acúmulo histórico que, por mínimo que fosse, os tornaria um perigo para o sistema. A manifestação do simples desejo de conhecimento sobre si mesmos e de se juntarem a outros que tivessem as mesmas ansiedades era encarada como sinal de periculosidade. Por isso estavam condenados à solidão, ao silêncio e à eliminação quando perigosos ou obsoletos.

A arte pode imitar a vida, mas a vida é muito mais dura e realista que a arte. A metáfora-ficção dos andróides imita a trajetória de vida e de luta da classe trabalhadora. Como resposta ao desejo dos trabalhadores de conhecer sua própria história, de construir sua memória e sua identidade, a classe e o Estado capitalista oferecem o silêncio, a repressão e a desinformação. A desinformação é uma constante, em que impera a maquiagem ideológica dos fatos e dados que são apresentados ao público.

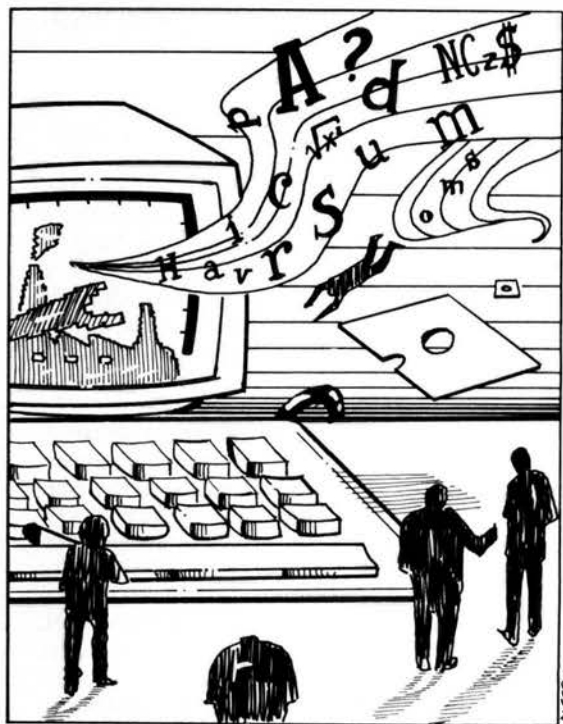
O silêncio é feito pelo bloqueio do acesso dos trabalhadores à utilização dos meios de comunicação de massa e alterna-se com procedimentos repressivos como ação policial ou decretos-leis que, além de atingirem imediatamente lideranças, organizações sindicais e a classe trabalhadora como um todo, ainda atingem, a longo prazo,

sua memória, pelo ocultamento ou destruição de documentos e de informações que dizem respeito aos trabalhadores.

Todavia, os problemas que pretendemos apontar neste artigo são aqueles provenientes das atitudes mais frequentes que a classe trabalhadora tem diante de sua memória, em relação à documentação dessa memória e à utilização dessa documentação para seus objetivos de classe.

O trabalhador que vive nos grandes centros industriais urbanos tem formação e origens sócio-econômicas diferenciadas segundo uma série de condicionamentos, desde culturas regionais, relação de trabalho que muitos tiveram enquanto trabalhadores rurais e, até mesmo, origens étnicas. Essas diferenças somam-se a outras colocadas pela singularidade da economia capitalista brasileira: condições de trabalho, qualificação profissional, diferenciações salariais, vínculos empregatícios, rotatividade, estabilidade, jornada de trabalho etc.

Inevitavelmente, também no campo político as diferenças existem. Primeiro, a que separa a grande massa dos trabalhadores enquanto destituídos da oportunidade de obterem uma formação profissional e cultural, para si e para seus filhos, que lhes dê um mínimo de clareza para fazerem uma opção política enquanto classe trabalhadora. Segundo, a parcela politizada da classe trabalhadora encontra-se politicamente dispersa por diversas tendências políticas. Isso adiciona uma dificuldade inicial para qualquer trabalho de documentação: a descontinuidade desse trabalho. Este fica sujeito a mudanças conjunturais na concepção



de documentação e no reconhecimento de sua importância estratégica para o movimento dos trabalhadores.

Segundo plano — Por outro lado, o segundo plano a que é relegada a documentação decorre da falta de demanda, entre os trabalhadores, para conhecer a história de suas lutas. Essa falta de demanda parte da ausência de uma concepção de documentação enquanto uma questão de organização interna do movimento sindical. Se os trabalhadores não possuísem um projeto político particular não teria sentido como objetivo resgatar a história do desenvolvimento e ascensão desse projeto. A documentação, portanto, é uma forma de luta da classe trabalhadora que deve transcender as fragmentações políticas existentes em seu interior.

Existe também o fato positivo de trabalhadores e dirigentes sindicais estarem se preocupando em formar setores de documentação em suas entidades

ENCONTROS DEFINEM PROJETO COMUM DE TRABALHO



Nelson de Oliveira/CEDI

Encontro discutiu experiências acumuladas

O primeiro desses encontros foi realizado em outubro de 1988, em São Paulo (SP), por iniciativa do CEDI (Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário") e Centro de Memória Sindical de São Paulo e que contou com a presença do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), do Centro de Memória Sindical do Paraná e do Arquivo de Memória Operária da UFRJ. Foi feita uma avaliação, baseada em suas experiências, do trabalho que vinham desenvolvendo e de como viam a questão da documentação do movimento operário no Brasil.

Constatou-se, então, a fragmentação do conteúdo em seus acervos, devido à cobertura que cada centro dá a campos políticos e segmentos específicos do movimento sindical. Isto leva a uma reconstituição histórica parcial do movimento operário.

Levantaram-se propostas que, após encaminhamentos feitos por um grupo de trabalho (CEDI, CMS-SP e CPV), desembocaram num projeto que inclui:

- uma ampla campanha de conscientização sobre a importância de preservação da memória do movimento dos trabalhadores através do trabalho sistemático de documentação;

- elaboração de uma cartilha que socialize as experiências acumuladas no trabalho de documentação e sirva como guia para a implantação desse trabalho;

- elaboração de um dicionário/glossário de termos utilizados pelo movimento dos trabalhadores, que sirva como uniformizador básico dos processos de implantação de banco de dados sobre o movimento;

- formação de um catálogo de entidades sindicais e centros de documentação do movimento dos trabalhadores.

A avaliação das propostas feitas pelo grupo de trabalho, o desenvolvimento e o encaminhamento desse projeto, bem como a divulgação da campanha no meio sindical e entre centros de documentação, foram os assuntos de pauta do 2º Encontro Nacional, realizado nos dias 30 e 31 de março último, em São Paulo (SP), que contou com a presença de quinze centros, e do 3º Encontro Nacional, 21 e 22 de setembro, em Cajamar (SP), com a presença de dezenove centros e de seis representantes de entidades sindicais.

des, apesar de receberem influências do corporativismo que permeia o movimento sindical e de, às vezes, o interesse pela documentação ser conjuntural, voltado apenas para os interesses imediatos da categoria, sem uma maior atenção para temas mais amplos. Frequentemente não há uma organização permanente do acervo, não tendo, por consequência, condições de socializar a história de sua categoria com o conjunto da classe trabalhadora.

A mudança de atitude diante da documentação passa pelo reconhecimento do seu dinamismo, inerente à própria informação. Os documentos que trazem impressos, preto no branco, o cotidiano dos trabalhadores, de uma categoria ou de uma entidade sindical não são apenas letra-morta, arquivo morto. São instrumentos de luta que podem municiar, formar, preparar melhor o trabalhador para enfrentar em seu cotidiano a hegemonia ideológica da burguesia, que o bombardeia 24 horas por dia com imagens distorcidas de uma realidade que o oprime. Instrumentos também para o dirigente sindical quando senta-se à mesa de negociações, no embate político entre as classes.

Documentação — Documentar não é somente engavetar o passado de forma ordenada. O momento presente também é importante. E é em função das lutas presentes e futuras que necessitamos dos documentos. Eles têm que ser recuperáveis à vida do movimento dos trabalhadores, têm que ser socializados. A documentação de uma categoria e da classe trabalhadora pode e deve servir às suas lutas. Um setor de documentação em um sindicato constitui um elemento estratégico de apoio às lutas sindicais, independente da direção política sob a qual esteja esse sindicato, e, mesmo que esta mude, seja qual for sua linha de política sindical.

Portanto, esse projeto de documentação da memória da classe trabalhadora não é isento, nem neutro, de orientações políticas definidas, pois a memória também é política, tem um caráter, um sentido. Dar um significado à própria memória é um processo em construção que, necessariamente, passa por uma sistematização cujo projeto nasce de uma concepção de documentação que inclui objetivos políticos estratégicos para o uso da mesma.

O interminável recomeçar do trabalho de documentação da memória dos trabalhadores é decorrente da não-sistematização desse trabalho. Essa sistematização consiste no desenvolvimento de um ciclo de tarefas/atividades que

começa com o registro da memória, através do recolhimento de depoimentos significativos das condições de vida dos trabalhadores, das condições de trabalho e de suas formas de luta. Esse registro é necessário para retirar os fatos da região obscura e flutuante da memória oral e trazê-la para o campo documental.

Uma outra atividade, também importante, é recolher os documentos manuscritos ou impressos para preservá-los com objetivos bem definidos de curto, médio e longo prazos, como subsídio para apoio às lutas imediatas, como material de formação ou como fonte de pesquisa para reconstituição histórica de um período ou segmento de classe.

Memória — Por força dessa problemática, e mesmo por uma questão de demanda (assessoria, formação, publicações), o trabalho de documentação tem sido feito, principalmente, por centros que têm acumulado em seus acervos, ainda que dispersos, a maioria dos documentos sobre a classe trabalhadora no Brasil. A seguir encontram-se as bibliotecas públicas e os centros de pesquisa das universidades e, por último, em menor escala, as entidades sindicais. Uma reversão desse quadro, acompanhada de uma distribuição mais racional desse trabalho, passa por uma ampla campanha de conscientização, entre as entidades sindicais, sobre a importância da documentação. Foi justamente com essa preocupação que os centros que trabalham com documentação do movimento sindical iniciaram um processo de discussão e encaminhamento que já resultou em três encontros nacionais.

Sem dúvida há necessidade de uma mudança de atitudes. Como os andróides do filme, e do início dessa nossa conversa, há que ter a vontade de não esquecer a própria história, as origens. Há que descontentar-se com aquilo que nos é oferecido como verdade para ser consumida e procurar as razões das limitações da própria existência, da própria condição enquanto classe trabalhadora. Lutar para viver mais e melhor é também lutar para se conhecer mais e melhor. É ter uma história para contar que não seja a dos outros, ter uma memória, consciência, identidade.

Nelson de Oliveira e Marita Regina de Carvalho são documentalistas do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do CEDI.

PREFEITURAS POPULARES E MOVIMENTO SINDICAL

Para firmar seu projeto político as prefeituras populares enfrentam o desafio de mudar no povo a idéia de que o poder é só dos governantes

Luiz Dulci

Ainda é cedo para juízos definitivos sobre as prefeituras populares, seja no que diz respeito ao desempenho global, seja no que se refere aos desafios específicos. O ineditismo da experiência — a esquerda administrando algumas das principais cidades do país — recomenda, antes de mais nada, exame paciente e escrutínio minucioso das mudanças em curso. É verdade que a luta política, especialmente nos termos em que ela se trava no Brasil, com frequência impõe às forças populares um certo esquematismo; mas a necessidade de defender com unhas e dentes os governos municipais de esquerda não deve impedir-nos de fazer desde já o mais profundo esforço analítico acerca de sua prática concreta. É imprescindível, sem dúvida, respaldar as prefeituras populares. Contudo, a bem do nosso projeto histórico para o país, convém fazer a devida mediação entre defesa política imediata e compreensão crítica do nosso desempenho. Caso contrário, estaremos prestando um desserviço às próprias administrações de esquerda, por negar-lhes o valiosíssimo contributo da crítica solidária.

As exigências da disputa política não devem, em especial, fazer-nos perder de vista cada uma das variáveis em jogo e sua complexa articulação no plano da política prática. Há, por um lado, resultantes da formação histórica brasileira que seria pouco sensato minimizar: a estrutura de propriedade, o sistema de classes, os mecanismos tradicionais de poder político — com a sua decorrente, e ainda desfavorável, correlação de forças no plano ideológico. Assim como há fatores mais ou menos “conjunturais”, a depender dos critérios de avaliação, que condicionam a criatividade das administra-

ções populares: desde aqueles “macroconjunturais”, como a crise econômica, o sucateamento da máquina pública em benefício do capital privado, a desagregação dos atuais partidos burgueses etc., até aqueles que se poderia dizer “microconjunturais”: estertores do governo Sarney, previsível retaliação eleitoreira contra a esquerda etc.

Nesse contexto, a relação das prefeituras populares com o movimento sindical é, literalmente, da maior relevância. Não somente porque os sindicatos têm papel destacado na luta de classes e podem favorecer em diversos níveis a democratização da vida civil, mas sobretudo porque a dialética governo/funcionalismo revelou-se, ao longo dos últimos dez meses, muito mais decisiva do que parecia à primeira vista para o sucesso ou insucesso das gestões municipais de esquerda. Tal dialética, como é natural, pode ser mais ou menos rica, mais ou menos transformadora, conforme o papel desempe-

nhado por cada um dos protagonistas. Premissa que vale tanto para as equipes políticas do governo quanto para as direções sindicais combativas e, com muito maior razão, para o funcionário municipal em sua dupla condição de “público” e “privado”.

A experiência prática tem demonstrado que a relação das prefeituras populares com o movimento sindical, mesmo aquele combativo, cutista, não é absolutamente uma relação dada, automaticamente dedutível do projeto libertário que irmana os governantes socialistas e as lideranças sindicais e populares. Ao contrário, trata-se de uma relação toda a construir. A identidade ideológica geral não garante por si mesma a convergência de estratégias e ações políticas, nem exclui o fato de que se trata de atores políticos distintos, com lógica interna bastante diversa, interlocutores sociais nem sempre idênticos e, não raro, diferentes exigências de legitimação. O potencial de contradição é evidentemente menor que entre o movimento sindical e prefeituras conservadoras e/ou liberais. Mas existe. E com certeza não será superado exclusivamente pela vontade política dos sujeitos em relação. Supondo-se, é claro, que superá-lo — e não, por exemplo, aprofundá-lo — seja o mais adequado ao projeto histórico da própria esquerda.

Junto com as dívidas interna e externa e a virtual destruição dos equipamentos públicos de saúde, educação, transporte, as prefeituras populares herdaram um passivo menos notório mas nem por isso menos problemático: a tradicionalmente viciada relação povo/Estado no Brasil. O Estado-pa-



O prefeito petista Maurício Soares, de São Bernardo, fala aos trabalhadores na greve geral de março deste ano: objetivos sintonizados

Como fazer para que o movimento sindical pense a cidade e não apenas a categoria profissional?

drinho e a pedagogia negativa do clientelismo. O Estado-polícia e sua didática do medo. O Estado-planejador, olímpico, soberbo, alheio por natureza ao cidadão. As parcelas politizadas das classes populares forjaram, em decorrência, toda uma cultura de resistência ao Estado. As menos politizadas ou inteiramente despolitizadas tragam há décadas na mais ambivalente das fronteiras: entre o favor e a fuga. O fato é que, por isso mesmo, o povo trabalhador não desenvolveu nenhuma capacidade propositiva, criativa, frente ao Estado. Reduziu-se ao pedido súplice ou à desconfiança entrincheirada. No máximo, à reivindicação. Mas a energia política liberada pela reivindicação, ainda quando radical, quase nunca se traduz em hipótese concreta, específica, de gestão alternativa da máquina pública. Às prefeituras de esquerda, um terrível desafio: como fazer para que as classes populares pensem o governo local na perspectiva de um Estado potencialmente seu?

Como fazer, por exemplo, para que o movimento sindical pense a cidade e não apenas a categoria profissional? Ou, por outra, para que o movimento sindical, ao pensar a categoria profissional, seja capaz de pensá-la na cidade? Regra geral, nosso entranhado corporativismo, que não se deixa naturalmente afastar pelo simples discurso

universalista, desqualifica aquilo que não é (ou não parece ser) interesse imediato da base sindical. Qualquer unificação posterior deve dar-se a partir das plataformas de cada corporação profissional ou diretamente pelas bandeiras "políticas". Os serviços públicos e a qualidade social da vida urbana não são encarados como riqueza a ser conquistada e distribuída. Nem sequer como "salário indireto", conceito que se exaure nas pequenas vantagens pleiteáveis no interior de cada unidade de produção. Questões-chave da cidade, como orçamento, plano diretor, política tributária, transporte coletivo, de profundas repercussões no cotidiano do trabalhador assalariado, merecem quando muito uma vista d'olhos negligente aos jornais...

E como subverter, sem audácia, a atitude previsível do funcionalismo face aos governos de esquerda? Diretrizes de governo — o truismo no caso é pertinente — não se cumprem por execução espontânea. Leis, decretos, portarias e ordens de serviço inexistem enquanto tal, só ganham vida à custa de um conjunto de iniciativas e procedimentos que dependem em larga medida da vontade política do funcionalismo. O funcionário não é massa amorfa, disposto a assumir qualquer perfil que dele se reclame. Para bem e para mal, ele age segundo uma cultura administrativa na qual se formou. Até agora ele tem sido agente de um Estado elitista e autoritário. Como esperar que, da noite para o dia, converta-se em servidor lúcido das maiorias sociais? Em muitas administrações de esquerda o funcionalismo tem sido, objetivamente, um obstáculo à democratização da máquina pública. Boa parte dele aferra-se a papéis tradicionais, insurge-se contra a nova postura irreverente dos cidadãos no confronto do Estado, refugia-se em rituais burocráticos esclerosados. O contrário, a vontade

de mudar e de favorecer à mudança geral, é visto como desvio estrelista... Para reverter semelhante quadro não bastam medidas tópicas. Impõem-se programas especiais de revalorização profissional e sobretudo política do funcionalismo. Programas especiais que sejam prioridade coletiva de governo, executados por todos os seus setores. Que não se resumam a novos planos de cargos e salários, ainda que justos e urgentes. Que, vale repetir, politizem, sem partidizar, a própria figura do funcionário. Que o façam, de mero produtor alienado do seu produto, participante ativo das "escolhas" sobre a gestão alternativa da cidade, que afinal também é sua.

Salvo engano, é a intervenção mesma nas decisões da cidade que permite ao sindicato superar o seu viés meramente reivindicatório, corporativo, e tornar-se um autêntico sujeito político transformador. Assim também, é o exercício pleno da cidadania política, dentro e fora do espaço de trabalho, que pode fazer os "empregados" do governo tornarem-se — legitimamente — governantes. As duas coisas, ao que parece, são decisivas para a construção de um poder (e de um governo) alternativo para o município e o país. Tudo isso, no entanto, supõe canais efetivos de participação. Supõe colocar o exercício do poder em debate, em jogo. Supõe radicalizar a participação democrática nas prefeituras de esquerda, a tal ponto que papéis cristalizados de quem somente decide e de quem apenas executa poderão resultar irremediavelmente comprometidos.

Luiz Dulci é secretário nacional de Assuntos Institucionais do Partido dos Trabalhadores (PT), responsável pela coordenação política das administrações e bancadas parlamentares petistas.

Prefeituras populares herdaram a tradição viciada da relação entre povo e Estado no Brasil



Aconteceu

Assinatura anual NCz\$ 35,00
Assinatura de apoio NCz\$ 40,00
Exterior US\$ 50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação,
Rua Cosme Velho, 98 fundos, CEP 22241, Rio de Janeiro-RJ,
aos cuidados do Setor de Distribuição

MOVIMENTO SINDICAL NA AMÉRICA LATINA

Mauricio Broinizi Pereira

Já foi dito nesta revista que pensar a América Latina é aprender a pensar a diversidade. É com este cuidado que também deve ser visto o movimento sindical latino-americano, herdeiro de diferentes formações, rupturas e continuidades, sempre absorvido pela realidade nacional de cada país e carente de uma tradição de unidade e solidariedade continental na organização e luta dos trabalhadores.

Certamente, não foi por falta de questões comuns — desde as mais complexas e estruturais até situações conjunturais que não raro se repetem —, que o movimento sindical latino-americano deixou de lograr uma organização, um programa e uma linha de ação continentais.

É cada vez maior, no movimento sindical latino-americano, a disposição para campanhas comuns

Um traço marcante no movimento sindical da maioria dos países latino-americanos tem sido a dificuldade de consolidação das legítimas organizações dos trabalhadores, no sentido de sua construção a partir das bases e de sua autonomia frente aos partidos políticos, ao Estado e à tradição do caudilhismo, clientelismo e populismo. Nas últimas décadas, quando predominaram governos populistas e ditaduras militares, boa parte das entidades sindicais do continente foi impulsionada por iniciativas “de fora” do movimento dos trabalhadores (principalmente

aquelas que se institucionalizaram e acabaram por ganhar certa representatividade). Tais iniciativas de organização sindical partiram, muitas vezes, dos partidos políticos e do Estado populista municiado de sua legislação trabalhista.

Neste sentido, significativa parcela do movimento sindical se caracterizou por priorizar as “grandes linhas” da política nacional de cada país (alianças industrializantes, legislação social populista, campanhas nacionalistas e reformistas etc.), secundarizando sua efetiva implantação e organização junto



O grito no movimento sindical latino-americano hoje, independente da orientação política, é por mudanças

aos trabalhadores e deixando de produzir, aprofundar e socializar um programa próprio a partir das reais necessidades e reivindicações de suas bases. Isto levou inúmeros movimentos autênticos a buscar alternativas diante da estrutura burocratizada e/ou oficialista dando margem à multiplicação de organismos, tornando-os frágeis e geralmente reprimidos — quando não colocados na clandestinidade — configurando-se assim a enorme dificuldade da construção e consolidação de um sindi-

calismo classista, de massas, democrático e unitário tanto no Brasil como no continente.

As frações sindicais ligadas aos partidos comunistas da América Latina não raro estiveram aliadas ora às estruturas oficialistas e/ou pelegas, obedientes à estratégia de frente nacional ou revolução democrático-burguesa, ora à luta pela construção de um sindicalismo classista e mais legítimo. Outras correntes do movimento sindical internacional também acumularam posi-

ções ambíguas, de acordo com o país, época ou conjuntura, tais como a social-democracia, sob direção da Internacional Socialista, ou o social-cristianismo, sob orientação da Democracia Cristã, muitas vezes comprometidas com determinado padrão de acumulação de capital ou de divisão internacional do trabalho, além de interesses geopolíticos determinados pela guerra fria. Tais ambigüidades freqüentemente escondiam rachaduras internas, o que significa que em diferentes momen-

PRINCIPAIS ORGANISMOS DO CONTINENTE

Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit)

Foi criada em 1951 e é ligada à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (Ciosl), fundada em 1949 pelo sindicalismo norte-americano e pelo sindicalismo social-democrata europeu. As principais centrais sindicais filiadas à Orit são a CGT (Argentina), a CTM (México) e a CTV (Venezuela).

Durante a década de 60, a Orit esteve sob direta influência da AFL-CIO, a central sindical norte-americana que no auge da guerra fria desenvolveu uma política sindical para a América Latina de acordo com interesses do governo dos Estados Unidos para o continente, ou seja, promover o anticomunismo através dos conceitos de “segurança e desenvolvimento” contidos nos documentos da “Aliança para o progresso”. Como consequência, a Orit apoiou golpes e governos militares, submetendo o movimento sindical sob sua influência a um “apoliticismo” deliberado e às determinações dos governos mais autoritários e conservadores das últimas décadas. Somente entre 1962 e 1975 a Orit promoveu cursos para cerca de 260 mil sindicalistas latino-americanos, onde era pregado o anticomunismo e defendido o modo de produção capitalista. No Brasil, a Orit atuou para a desestabilização do governo João Goulart e apoiou o golpe de 1964.

A partir da década de 70, a social-democracia européia obtinha a hegemonia no interior da Ciosl, enquanto a AFL-CIO romperia com a organização por mais de dez anos. Desde então, a Orit esteve sob maior influência da linha social-democrata para a América Latina, o que significou uma estratégia mais progressista, baseada na “solidariedade e democracia social”. Em seu 10º Congresso Continental (Canadá/1981), a Orit fez, definitivamente, uma importante autocritica ao condenar o “apoliticismo” e o “anticomunismo primitivo”, o que teria levado a Orit a “conciliar com o capitalismo, as transnacionais e as ditaduras”. Desde então, a Orit tem apoiado todos os movimentos pela redemocratização da América Latina, condenado os governos autoritários e contribuído na reconstrução do movimento sindical progressista.

Central Latino-Americana de Trabalhadores (Clat)

Fundada em 1954, a Clat é a organização regional da Confederação Mundial do Trabalho (CMT), criada em 1920 com o nome de Central Internacional dos Sindicatos Cristãos (Cisc). A história da Clat e da CMT está ligada ao desenvolvimento da democracia cristã na Europa e, posteriormente, no mundo ocidental. Sua atuação no continente é marcada por uma for-



Dívida externa: preocupação também das centrais sindicais

te centralização política sobre as várias centrais nacionais e ela filiadas. Apesar de estar bem distribuída na América do Sul e Central, a Clat dirige as menores organizações sindicais de cada país, tendo em sua base um reduzido número de trabalhadores sindicalizados.

A Clat, a partir de seu 8º Congresso (Bogotá/1982), vem tentando se constituir numa alternativa política ao socialismo soviético, de um lado, e à social-democracia, de outro. Neste sentido, propõe a luta pela construção de um “socialismo autogestionário” através de um processo de revolução popular, onde a classe trabalhadora deve ser seu principal agente.

No entanto, muitas contradições se revelaram entre seu programa político e sua prática efetiva, desde a busca de alianças com membros da hierarquia da Igreja Católica — geralmente bispos conservadores —, passando pelo distanciamento dos movimentos de base ligados aos setores mais progressistas da própria Igreja, até apoios a governos conservadores da democracia-cristã em vários países latino-americanos.

Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (Cpustal)

Fundada em janeiro de 1964, em Brasília, a Cpustal teve origem a partir da dissolução da Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL) que, se ainda existisse, estaria completando cinquenta anos. A Cpustal é ligada à Federação Sindical Mundial (FSM), fundada em 1945, de orientação comunista. As principais centrais sindicais filiadas à Cpustal são a CTC (Cuba), a CST (Nicarágua), a PIT-CNT (Uruguai) e a CGT (Peru).

É bastante difícil analisar a atuação do sindicalismo de orientação comunista sem cair em generalizações, muitas vezes grosseiras. É uma história marcada tanto por lutas e posições extremamente importantes para o movimento operário latino-ameri-

tos e lugares os sindicatos e centrais filiados a esta ou aquela organização acabaram assumindo, também, posições autênticas e progressistas junto às suas bases e de acordo com as realidades locais. Mesmo assim, parecem sempre ter predominado no movimento sindical latino-americano posições e estratégias estranhas às suas reais necessidades. Prova disto é que tradicionalmente as centrais sindicais do continente sempre privilegiaram suas relações internacionais com centrais européias ou norte-

americanas, não tendo como referência política a própria realidade latino-americana e nem como estratégia a necessidade de fortalecer as alianças entre o movimento sindical da região.

A partir do início da década de 80, e juntamente com as lutas pela redemocratização de vários países que ainda se encontravam sob ditaduras militares, o movimento sindical retomava suas lutas sob o impulso de importantes transformações e rupturas com antigas práticas e concepções até então cristali-

zadas. Esta nova conjuntura começava a provocar mudanças também nas organizações sindicais latino-americanas que, logo no início da década, realizaram seus congressos, fizeram auto-críticas e buscaram uma readequação à nova dinâmica do movimento sindical no continente.

Maurício Broinizi Pereira é integrante do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do CEDI.

cano como também por alianças e estratégias políticas pouco comprometidas com as realidades locais, dado o tradicional alinhamento dos PCs latino-americanos com a política internacional pró-soviética.

No 10º Congresso Sindical Mundial da FSM (Cuba/1982), as resoluções sobre América Latina destacam que o "objetivo primordial dos trabalhadores é a luta pela paz e pelo desarmamento", voltando a priorizar a grande estratégia soviética em nível internacional em detrimento de uma política mais realista e específica para o movimento sindical latino-americano. É inegável que a luta pela paz e contra a corrida armamentista é um objetivo nobre para o conjunto da humanidade; no entanto, para os trabalhadores da América Latina esta causa mundial reveste-se da luta pela conquista da democracia plena, contra o militarismo local, pelo respeito aos direitos humanos, pela autodeterminação dos povos, pela garantia das mais elementares condições de sobrevivência etc., ou seja, existe uma escala de prioridades bem mais concretas e colocadas no cotidiano de cada trabalhador latino-americano.

Independentes

Além das centrais filiadas aos organismos internacionais do movimento sindical, existem várias outras que não mantêm filiação a nenhum deles, embora procurem desenvolver relações com todos. As principais são a CUT (Brasil), CUT (Colômbia), CUT (Paraguai) e CUT (Chile). Parte significativa dos setores que compõem estas centrais advém do "novo sindicalismo" surgido durante a década de 80 a partir de rupturas com as velhas estruturas, concepções e práticas sindicais que perduraram por várias décadas na América Latina. Além de se constituírem em centrais sindicais representativas de legítimos setores do movimento sindical de cada país, tendo um programa classista, democrático e combativo, uma importante novidade que apresentam é a garantia do pluralismo político interno, desde as bases até os cargos de direção, o que pode significar um importante passo para a conquista da efetiva unidade sindical.

No último congresso nacional da CUT brasileira, o 3º Concut (Belo Horizonte/1988), foi deliberado como prioridade das suas relações internacionais o desenvolvimento de contatos e intercâmbios com as centrais sindicais latino-americanas. Durante esta década, já foram impulsionadas uma série de iniciativas comuns entre centrais sindicais de vários países e diferentes orientações políticas, onde os problemas concretos que o movimento sindical vem enfrentando têm suplantado questões ideológicas num importante esforço de amadurecimento político.

As centrais sindicais independentes têm cumprido um importante papel nesta busca de unidade sindical latino-americana, onde a CUT brasileira vem se constituindo em referência internacional não só por sua história e crescente importância e re-

presentatividade em nível nacional mas também pela estratégica posição que o Brasil ocupa no continente, pela sua situação territorial e fronteiriça com diversos países e pelo seu peso político, econômico e industrial. Isto faz com que as principais questões hoje colocadas para muitos países do continente também estejam pautadas pelo movimento sindical brasileiro, tais como a crise econômica, a dívida externa, a reforma agrária, as novas tecnologias, a luta democrática e contra o militarismo, o respeito às liberdades e direitos dos trabalhadores, a questão ambiental e a defesa da Amazônia, os projetos de integração econômica no Cone Sul etc.

É interessante notar, mais uma vez, a crescente disposição no movimento sindical internacional para impulsionar campanhas e ações comuns, muito mais a partir de questões concretas do que de predisposições ideológicas. Apesar de todas as dificuldades historicamente presentes nos movimentos sociais e populares da América Latina já aparecem alguns sinais de que elas não são intransponíveis, principalmente se os caminhos e soluções para os nossos problemas frutificarem precisamente da riqueza de opções e possibilidades que só a diversidade e o pluralismo podem oferecer.

Talvez seja justamente neste momento histórico de grandes transformações no cenário internacional — onde a "questão nacional" perde importância frente à configuração de "blocos de países" (unificação da Europa, América do Norte e sudeste asiático/Japão) — que a América Latina passe, definitivamente, de mera designação geopolítica para ser um efetivo projeto político de suas classes populares. Quem sabe até no sentido de uma ampla integração, como já era desejado desde o processo de sua independência.



Trabalhadores de multas automobilísticas têm lutas comuns na América Latina

OSVALDO BARGAS "DEVEMOS PRIORIZAR AS RELAÇÕES SINDICAIS COM A AMÉRICA LATINA"

Entrevista a Ruy de Góes Leite de Barros



A Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores, criada na sua fundação, tem hoje uma visão amadurecida de solidariedade internacional: numa primeira etapa, a prioridade é o estreitamento de relações bilaterais com centrais do sindicalismo do Terceiro Mundo, e não mais da Europa. "Hoje estamos conscientes de que devemos priorizar o movimento sindical latino-americano porque

ele é parte do nosso Terceiro Mundo, porque nossos problemas comuns — dívida externa, falta de liberdade sindical, violência, problemas fundiários etc. — só poderão ser enfrentados se pensados enquanto América Latina", confirma Osvaldo Martines Bargas, responsável pela Secretaria de Relações Internacionais da CUT, que fala com exclusividade para Tempo e Presença

TP — Qual o papel das relações internacionais da CUT?

Bargas — Desde sua fundação, a CUT criou uma Secretaria de Relações Internacionais que vem desenvolvendo atividades junto ao movimento sindical internacional, principalmente o dos países europeus, através de convênios e apoio nas áreas de formação sindical, de direito do trabalho e de direitos sindicais.

TP — Internacionalmente o movimento sindical se agrupa em três grandes linhas organizacionais: Federação Sindical Mundial, Confederação Mundial do Trabalho e Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. Como a CUT se posiciona perante essas três centrais sindicais?

Bargas — Em relação às três centrais sindicais mundiais, desde o início a CUT tem se posicionado pelo não-alinhamento, mantendo posição de independência e autonomia e não vendo, atualmente, essa questão de filiação internacional como decisiva. Dentro do novo sindicalismo que representamos, a busca de solidariedade internacional esteve, até agora, desassociada de uma posição político-ideológica pré-estabelecida, pois

não tínhamos o acúmulo de conhecimento e de discussão sobre o significado dessas três centrais, de sua história, sua trajetória e seu perfil ideológico.

Como essas três centrais jogam um papel importante no desenvolvimento do que chamamos "ação internacionalista dos trabalhadores", buscamos relações sem distinguir ou priorizar nenhuma delas. Provavelmente um dia a CUT terá que se filiar, pois na medida em que defende a internacionalização dos trabalhadores, terá que contribuir a um organismo que garanta a unidade e a construção dessa internacionalização.

TP — Dentro desse campo de relações internacionais, quais as prioridades da CUT?

Bargas — Quanto à política de relações internacionais, as resoluções do nosso último congresso sugerem uma atuação mais programática, dentro de objetivos táticos e estratégicos definidos. Algumas prioridades foram colocadas.

Uma delas foi a de buscar relações bilaterais com as centrais sindicais de cada país, priorizando, numa primeira etapa, a América Latina e, numa segunda, os países da África. Hoje estamos conscientes de que devemos priorizar o movimento sindical latino-americano porque ele é parte do nosso Terceiro Mundo, porque nossos problemas comuns — dívida externa, falta de liberdade sindical, violência, problemas fundiários etc. — só poderão ser enfrentados se pensados enquanto América Latina. A prioridade, portanto, é conhecer, articular e acompanhar o movimento sindical latino-americano. Assim sendo, a CUT participa da Comissão Coordenadora do Cone Sul, que congrega todas as centrais sindicais desses países e atua nas áreas de solidariedade e de formação sindical, objetivando troca de experiências e ações concretas entre os trabalhadores do Cone Sul.

Isso não exclui a continuidade de nossas relações com a Europa, inclusive seu aprofundamento, pois o Brasil vive tanto os problemas do Terceiro Mundo como os dos países desenvolvidos — automação, desemprego, meio-ambiente, sem falarmos nas inúmeras empresas multinacionais aqui presentes e que têm sua sede nos países do Norte.

Outra prioridade é quanto à questão da dívida externa. Defendemos sua articulação, em ações conjuntas e unificadas, entre os países da América Latina, do Caribe e da África. Assim sendo, estamos participando na Comissão Transitória contra o Pagamento da Dívida Externa, tirada na Conferência de Campinas, e que tem como objetivo a busca de estratégias sobre a questão da dívida. E vale ressaltar o fato histórico que esta Comissão possibilitou a primeira reunião de centrais sindicais da América Latina, Caribe e África neste ano. Pensamos também que, como a questão da dívida não se coloca só para os países devedores, o grande desafio dessa articulação seria o de mobilizar os trabalhadores dos países do Norte. As relações Norte-Sul têm que se transformar e os trabalhadores devem ter isso claro, unindo-se e juntando-se em ações concretas para mudar essa situação.

Outra prioridade na construção de políticas sindicais é a troca de experiências tanto entre os dirigentes como entre os trabalhadores de base do movimento sindical internacional, através de ações reais e não só pela teoria e pelo debate político-ideológico. Queremos criar condições para que os trabalhadores das mesmas empresas multinacionais, da Europa, da América Latina ou de outras partes do mundo, possam se encontrar e debater questões como condições de trabalho, níveis salariais, liberdade sindical etc. O objetivo seria levar à consciência da necessidade de construção de uma pauta de reivindicações exigindo comprometimento dessas empresas com todos os seus trabalhadores, não importando onde estejam. Porque os trabalhadores da Volks da Alemanha não podem exigir o mesmo tratamento para todos os trabalhadores daquela empresa em nível mundial? Ou seja, estamos falando em acordos e contratos de trabalho articulados em nível internacional.

TP — Você está falando em contrato internacional de trabalho?

Bargas — Sim, por empresas internacionais. Isso seria o objetivo estratégico. Na Europa, já existem empresas que acordaram em dar o mesmo tratamento para todos os seus trabalhadores do continente. E por que isso não pode existir com a América Latina?

Nesse sentido, organizamos diversos encontros aqui no Brasil com trabalhadores da Alemanha, da Itália, da Bélgica e de outros países, assim como muitos dos nossos trabalhadores de base têm ido visitar essas empresas nesses países, participando de encontros etc. Essa é também uma das nossas grandes prioridades.

TP — Além da questão da dívida externa, que outras atividades a CUT tem desenvolvido em comum com as demais centrais sindicais internacionais?

Bargas — Relações internacionais para nós não se expressam por trocas de telegramas, cartas e visitas mas sobretudo por ações sindicais concretas. Temos desenvolvido uma série de atividades com centrais sindicais de outros países, como a Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores (CFDT), a Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores (CISL), objetivando a troca de conhecimentos sobre a realidade de cada país, principalmente no que se refere aos direitos trabalhistas e sindicais.

Uma ação importante é a que vem ocorrendo na área das novas tecnologias. A fim de conhecermos a estratégia do movimento sindical europeu no processo de introdução das novas tecnologias, organizamos vários seminários, com a participação de sindicalistas e especialistas de outros países. Além disso vários companheiros nossos fizeram um estágio na CGIL italiana e voltaram capacitados para organizar um curso sobre o papel das novas tecnologias nas relações de trabalho, na produção e na vida dos trabalhadores.

Outra ação importante é sobre as experiências existentes na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina a respeito do contrato coletivo de trabalho. Recentemente o Instituto Cajamar organizou uma conferência internacional sobre essa questão, tendo a participação de diversas centrais sindicais e o patrocínio da CISL italiana. Aliás, foi a partir de uma série de contatos, estudos e trabalhos de companheiros nossos que foram estudar essa questão na Europa que a CUT pode apresentar uma proposta de contrato coletivo. Não que ela seja réplica ou cópia de um outro modelo, mas é que consideramos, além da nossa realidade e especificidade, a experiência acumulada em cada país.

Outra área de atuação é a respeito da saúde ocupacional. Graças ao apoio da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), foi aprovado um projeto de criação de um instituto de saúde ocupacional, que será montado durante os próximos três anos. Alguns companheiros estiveram estudando na Itália e se prepararam para montar este instituto. Fala-se tanto dos dólares da CUT mas na verdade o que temos são apoio a estas atividades e não em outras, como insinua a imprensa oficial. E são atividades pontuais, programadas por tempo determinado, com prestação de contas supervisionada por aqueles que as financiam.

Outra frente de atuação é da solidariedade. A Secretaria de Relações Internacionais da CUT criou uma Comissão de Solidariedade que não só busca solidariedade aos nossos problemas mas cria movimentos de solidariedade nossos para com os trabalhadores de outros países. Um exemplo é a campanha de denúncia sobre os dirigentes sindicais Manuel Bustos e Arturo Martinez, da CUT chilena, que estiveram confinados por mais de um ano pela ditadura Pinochet. Outro é a campanha contra a violência que sofrem hoje sindicalistas colombianos. No dia 6 de novembro entregamos um dossiê à embaixada colombiana, pressionando aquele governo para que tome atitudes eficazes para por fim aos crimes cometidos contra diri-

Defendemos ações conjuntas dos países da América Latina e da África contra o pagamento da dívida

gentes sindicais, e realizamos em São Paulo um ato que marcou o lançamento de uma campanha de denúncia e esclarecimento aos trabalhadores brasileiros sobre o que ocorre naquele país. Além disso, estamos organizando junto aos trabalhadores da Volks e da Mercedes uma lista de doações para comprarmos peças de reposição necessárias aos ônibus urbanos na Nicarágua, atendendo a um pedido do povo nicaraguense. E, finalmente, no próximo semestre realizaremos no Brasil uma conferência internacional sobre a violência no campo, com a presença de várias centrais sindicais — tanto da América Latina como da Europa — a fim de debatermos a realidade no campo, sua violência, assassinatos dos nossos dirigentes rurais, numa tentativa de criar um amplo movimento internacional de solidariedade, de pressão e de denúncia.



Buscamos também apoio e solidariedade aos nossos programas de formação sindical, uma de nossas grandes lacunas, a fim de formarmos quadros dirigentes não só na luta concreta, que é fundamental, mas também tendo embasamento teórico.

E, por último, gostaria de falar sobre um belíssimo gesto de solidariedade que veio da parte de três centrais italianas da região de Emilia Romana que, elegendo a CUT-SP como sua irmã gêmea, patrocinarão a construção de sua sede em São Paulo. Esperamos que no final do próximo ano ela esteja construída, como símbolo da solidariedade e do internacionalismo dos trabalhadores italianos na construção de um novo sindicalismo.

Para a CUT, presidida por Meneguelli (ao microfone), relações internacionais são ações concretas

Empresas da Europa têm acordo para dar o mesmo tratamento a todo trabalhador do continente

TRABALHADORES E CRISE DO ARMAMENTISMO

O trabalhador brasileiro entra no debate sobre a crise na indústria bélica e busca ações conjuntas com trabalhadores de outros países

Ruy de Góes Leite de Barros

Os últimos anos da história mundial têm sido marcados por uma integração crescente dos problemas econômicos e políticos. Questões ligadas a ecologia, gastos militares e desarmamento, formação de blocos econômicos e associações entre empresas de diferentes países requisitam respostas conjuntas dos movimentos sociais e, em particular, do movimento sindical.

Nessa perspectiva, buscando discutir não só problemas específicos mas também as consequências do armamentismo sobre os trabalhadores, realizou-se em Caraguatatuba, entre os dias 20 e 23 de setembro, o 1º Encontro Brasil-Itália de Trabalhadores nas Indústrias de Armamentos. A motivação inicial do Encontro foi o convênio assinado entre a Embraer e as empresas italianas Aermacchi e Aeritalia para a produção conjunta do AMX, um caça subsônico encomendado pelas Forças Aéreas dos dois países. Promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, CUT e pelas três centrais sindicais italianas — CISL, CGIL e UIL — o Encontro teve como particular a discussão da indústria bélica dos dois países, um tema que apesar de já ser objeto de estudos e lutas sindicais na Europa há vários anos, no Brasil está ainda ensaiando seus passos iniciais.

Além das reivindicações específicas e análises comparativas das condições de trabalho, o pano de fundo do Encontro foi a crise que atinge as indústrias produtoras de armamentos, atingidas pela queda do poder de compra dos países do Terceiro Mundo e pelas modificações ocorridas na conjuntura mundial. Após quatro décadas de guerra fria, pode-se observar mudanças sig-

nificativas nas relações Leste-Oeste, com a instauração de um clima de distensão entre os dois blocos.

Gastos militares e distensão — Durante estes anos, a contraposição Estados Unidos/União Soviética detonou uma corrida armamentista que implicou em despesas militares sem precedentes na história da humanidade. Dimensionou-se um mundo bipolar, onde a concorrência militar, econômica e ideológica implicou na acumulação pelas duas superpotências de um arsenal capaz de destruir a terra diversas vezes. A impossibilidade de um confronto direto entre elas, tal o poder de destruição atingido por ambas, transferiu tensões para áreas do Terceiro Mundo, onde inúmeras vezes as superpotências se enfrentaram por intermédio de seus

parceiros. Além dos conflitos abertos, outros países se militarizaram para o combate ao "inimigo interno", gerando muitas vezes pela polarização ideológica instaurada pela guerra fria. Com isto, o Terceiro Mundo foi também tragado pelo espiral de gastos, que elevou as despesas militares do planeta a cerca de um trilhão de dólares ao ano.

O alcance deste esforço bélico cobrou seu preço: nos Estados Unidos, desviou-se para o setor militar recursos que poderiam estar voltados mais diretamente para os setores de ponta da economia, com o agravante de que a especialização crescente dos produtos militares fez com que a transferência de tecnologia militar para o setor civil seja hoje bem menor do que era há alguns anos. De catalisadora do desenvolvimento científico, a indústria bélica passou a ter um papel de freio deste. Segundo dados da ONU, em cada quatro cientistas do mundo um está voltado direta ou indiretamente para a produção de armas. Em tais circunstâncias, o incremento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento na área militar representou uma perda relativa ao predomínio tecnológico americano. As despesas militares tiveram também um papel importante no crescimento do déficit público dos Estados Unidos, que trouxe consigo a elevação das taxas de juros e o aumento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

Nos países socialistas, observou-se o mesmo efeito. A militarização da economia foi uma das causas da defasagem tecnológica em relação aos países do Ocidente e da pouca atenção dada à produção dos bens de consumo, o que gerou graves tensões sociais.



Ruy de Góes/CEI

O encontro debateu as consequências da crise do armamentismo sobre os trabalhadores

Enquanto isso, países que investiram pouco em pesquisa militar — como o Japão e a Alemanha Federal — avançaram tecnologicamente a ponto de ameaçar a hegemonia econômica americana e mudar o quadro de poder em nível mundial. Ao lado da manutenção da bipolaridade militar criou-se uma multipolaridade econômica.

Sem querer excluir outras razões, estes fatos estão nas raízes da *perestroika* e dos recentes acordos entre Estados Unidos e União Soviética para a redução de armamentos. Trata-se não somente de motivações políticas, mas também da impossibilidade de conciliar o atual patamar de gastos com a manutenção da base industrial que gera o próprio poderio militar.

A velocidade com que vêm se operando as mudanças no Leste europeu faz com que seja difícil se prever os desdobramentos futuros da política de distensão. No entanto, algumas medidas concretas em direção a uma redução dos arsenais já foram tomadas e há um clima propício à resolução pacífica dos conflitos.

Se, por um lado, a possibilidade de uma guerra mundial encontra-se mais distante, por outro, o mercado de armas encontra-se mais ameaçado. Apesar das reduções concretas nos armamentos terem sido muito localizadas e limitadas, a diminuição de tensões em nível global já traz alguns reflexos sobre as vendas de armamentos.

No Brasil, a crise chegou mais rapidamente. A indústria bélica nacional é bem mais frágil que nos países com tradição no mercado. Em grande parte, baseia-se na exportação, já que o mercado interno é insuficiente para a manutenção de uma produção em escala viável, e a diminuição do mercado, agravada pelo fim da guerra Irã-Iraque, atingiu-a duramente. Não há encomendas à vista e o grau de endividamento das empresas é alarmante. Das três empresas que respondem por cerca de 90% das exportações brasileiras de armas, duas encontram-se em uma situação bastante delicada. A Avibras, fabricante de foguetes de curto e médio alcance demitiu 4,2 mil trabalhadores nos últimos três anos, reduzindo seus quadros em 67%. Na Engesa, fabricante de blindados, dos 3,2 mil funcionários, lotados em sua unidade em São José dos Campos em 1986, restam apenas 1,2 mil. A Embraer, terceira integrante do grupo das três grandes, conta com uma linha civil mais estável e encontra-se em uma situação bem melhor que as outras.

Para os brasileiros, portanto, coloca-se com maior premência a necessidade

de de um posicionamento sindical quanto à indústria bélica, já que, além de quaisquer considerações, está em jogo a manutenção dos empregos.

Reconversão — Apontou-se no Encontro a diversificação da produção e a reconversão das indústrias de armas para a produção de bens de uso civil como saídas para a crise. Não são propostas novas ou que não tenham sido experimentadas antes. Há experiências concretas realizadas em grande escala, tal como ocorreu no pós-guerra, quando desmontou-se parcialmente as indústrias de armas de vários países. Mesmo recentemente, foram firmados acordos na Itália, onde uma empresa comprometeu-se com os trabalhadores a aplicar parte de seus lucros em pesquisas voltadas à reconversão. Mas também são propostas que de forma alguma podem ser consideradas simples, ou de solução imediata. Efetivamente, pode-se aproveitar as instalações e potencial tecnológico de uma indústria para a produção de outros bens, mas isto deve levar em conta que são raros os segmentos de mercado onde não haja concorrência de outras empresas já estabelecidas no setor, com uma competência específica e posição firmada no mercado. Outra dificuldade é fazer uma reciclagem do pessoal empregado sem que haja perda do nível de especialização e de salários.

São desafios que devem ser enfrentados e que tem como fator impulsor nas empresas a capacidade ociosa de suas instalações e, entre os trabalhadores, a instabilidade dos empregos.

É interessante notar que estas propostas foram geradas em outra conjuntura, em que as indústrias bélicas encontravam-se em expansão e não se colocava o problema da falta de emprego. Durante os anos 70 a oposição ao incremento da produção de armas baseava-se na diminuição dos gastos militares e em razões éticas. Na Itália, chegou-se a conquistar o direito de "objeção de consciência", segundo o qual o trabalhador de uma indústria que produza bens civis e militares se nega a trabalhar nos setores que produzem armas, alegando razões éticas.

Hoje, no Brasil, acresce-se a estas motivações uma situação concreta de defesa do emprego. Por si, a produção de armas mantém uma instabilidade bastante grande, por depender de encomendas que variam com a intensidade de tensões e conflitos. Essa instabilidade manifesta-se diretamente nos trabalhadores, já que quando não há vítimas de guerra surgem as vítimas do desemprego. É importante, no entanto,

As despesas militares dos EUA colaboraram para a elevação da dívida do Terceiro Mundo

to, não perder de vista a visão mais ampla da questão. A produção de armas continua sendo condenável do ponto de vista ético e representa uma drenagem de recursos que poderiam ser melhor aplicados em outros fins socialmente mais proveitosos, sobretudo em um país como o nosso, que mantém uma longa lista de demandas sociais não atendidas.

Deve-se também não perder de vista a conjuntura mundial. É crescente o entrelaçamento de problemas e conflitos em nível global, e questões como a desaceleração da corrida armamentista não podem mais ser vistas do ponto de vista nacional. É prematuro avaliar as consequências dos fatos ocorridos durante este ano mas, certamente, as transformações políticas nos diversos países do leste europeu e os acordos EUA/URSS de redução de armas representam um ponto de inflexão nas relações internacionais. Se o movimento sindical brasileiro não estiver atento a estas mudanças, corre o risco de perder um referencial de análise fundamental e incorrer em indesejáveis omissões.

Apesar da pequena importância da indústria bélica brasileira — e mesmo da italiana — quando comparadas às de outros países, as iniciativas sindicais como o Encontro, que se encaminham em direção ao desarmamento, contêm um valor simbólico importante e abrem um campo de problemas ainda pouco explorados pelo movimento. Representam também um sintoma de amadurecimento do movimento sindical brasileiro, que de maneira geral tem se preocupado quase que exclusivamente em dar respostas a questões imediatas, prendendo-se ao corporativismo e a uma visão a curto prazo. Abrir-se para questões mais gerais, que afetam a sociedade como um todo implica em um salto de qualidade que só agora começa a ser dado.

Ruy de Góes Leite de Barros é integrante do Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do CEDI.

Quando não há vítimas de guerra há vítimas do desemprego. Mas a produção de armas é condenável



Ag. Tempo

NOSSA DÍVIDA EXTERNA É INCONSTITUCIONAL

Encontro nacional promovido pelo Conic constata que a dívida, além de imoral, é inconstitucional. A única saída é não pagar

Paulo Roberto Salles Garcia

Cerca de 270 milhões de salários mínimos ou 81,7 mil salas de aula para 60 milhões de alunos. Ou 7,7 milhões de casas populares suficientes para 30 milhões de pessoas. Ou ainda o equivalente para acabar com todas as favelas do Brasil. Tudo isso poderia estar sendo concretizado se esse volume de verbas não fosse remetido aos bancos credores internacionais a título de pagamento dos juros — somente os juros — da dívida externa brasileira em 1988.

Para continuar discutindo a questão da dívida, aproximadamente 150 pessoas, entre parlamentares, economistas, representantes das igrejas, centrais sindicais, movimentos populares e organismos ecumênicos, além de observadores internacionais, se reuniram em Bra-

sília de 13 a 15 de setembro no Encontro Nacional sobre a Dívida Externa. Promovido pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com a assessoria e o apoio de vinte entidades, o encontro refletiu sobre a dívida em seus aspectos jurídicos, econômico-financeiros, éticos, políticos e sociais, e reafirmou a posição pelo seu não-pagamento.

O encontro contou com a participação de Ulisses Riedel, diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Popular (Diap), que apresentou as propostas dos presidenciais sobre a dívida externa, seguido de uma análise crítica feita pelos economistas Marcos Arruda e Carlos Alberto Torres.

Comissão Mista — Seguindo decisão da nova Constituição, foi instaurada a Comissão Mista do Congresso Nacional sobre Dívida Externa, com o objetivo de realizar exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo. Em seu re-

lato apresentado aos participantes, a Comissão defende a suspensão de qualquer parte da dívida enquanto o Supremo Tribunal Federal não declarar pela inconstitucionalidade ou não dos empréstimos feitos. O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), vice-presidente da Comissão, descreveu o trabalho realizado, que incluiu depoimentos de ex-ministros da Fazenda e outras autoridades da área econômica que estiveram ligadas diretamente com a questão dos empréstimos realizados. Como os demais componentes da Comissão, ele apontou os casuários para prejudicar o andamento das atividades periciais: "O início do trabalho (da Comissão), que deveria ter acontecido no dia 5 de outubro do ano passado, data da promulgação da nova Constituição, só se deu em 11 de abril deste ano em virtude de entraves burocráticos que surgiram no caminho". Com isso, o prazo de trabalho, que seria de um ano, se viu reduzido a seis meses.

Inconstitucionalidade — A grande novidade do encontro foi o levantamento dos aspectos jurídicos da dívida que, somados às facetas sociais, políticas e econômicas, apontam para o seu não-pagamento. Antes do golpe de 64, era tarefa exclusiva do Congres-

so Nacional — presente em todas as cartas constitucionais brasileiras — dispor sobre a dívida pública, onde os empréstimos deveriam estar incluídos no orçamento da União ou serem submetidos à autorização legislativa.

A partir de 1970, porém, sob a égide do “milagre brasileiro”, a dívida deu saltos insuportáveis, mediante mecanismos inescrupulosos. O Poder Executivo emitiu decreto que lhe conferia poderes de emitir ordens secretas, sem falar no decreto-lei 1.312/74, que retirou do Congresso o poder histórico de dispor sobre a dívida pública atribuindo-o ao presidente da República. Esse decreto permitiu ainda mais absurdos: conferia ao presidente da República poderes para delegar ao ministro da Fazenda, que os delegava ao procurador-geral, que os delegava aos procuradores da Fazenda Nacional, ao delegado do Tesouro Nacional no exterior, ou a quaisquer representantes diplomáticos do país, a competência de firmar novos acordos. Conforme declarou Ophir Filgueiras Cavalcanti, presidente do Conselho Federal da OAB, o Brasil assistiu “ao fato de ilustres desconhecidos, completamente dissociados da realidade do país e sem nenhum comprometimento maior com suas instituições, venderem a nação brasileira, colocando-a de joelhos perante a comunidade financeira internacional”. Através desse decreto, o governo Geisel conseguiu a proeza de elevar a dívida externa de 6 para 52 bilhões de dólares.

Soberania — Outro aspecto lamentável salientado por Ophir Cavalcanti é com relação à soberania nacional. Todos os acordos firmados de 1980 para cá pelos representantes do Brasil contêm cláusula em que o país renuncia antecipadamente a qualquer alegação de soberania. Segundo ele, tal cláusula contraria absolutamente artigo do Código Civil Brasileiro, onde prescreve que “as leis, atos e sentenças de outro país (...) não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes”.

O presidente do Conselho Federal da OAB ressaltou que os responsáveis pela contratação dos empréstimos abriram mão da jurisdição brasileira para a discussão dos contratos, elegendo o foro dos credores como competente para tal.

Calamidade — O aspecto econômico-financeiro da dívida foi abordado pelo economista Paulo Schilling — coordenador do Programa Dívida Externa do CEDI. Em sua fala, ele fez um histórico da dívida, apontando que

de 1973 a 1985 a dívida aumentou de 9,5 bilhões para 95 bilhões de dólares. Segundo ele, no período de 1980 a 1987 o Brasil pagou 121 bilhões de dólares de “serviços da dívida”. Comprovando que a dívida é impagável, Schilling mencionou, com dados oficiais do Banco Central, que “ela aumentou 88% no período entre 1973 e 1985 e que o PIB cresceu somente 13%”.

Através de dados numéricos, o economista apresentou a calamidade econômica e social que a dívida representa ao povo brasileiro: o país é a 8ª economia mundial e está em 50º lugar em termos de bem-estar do povo (condições de vida, saúde, habitação etc.); 86 milhões de pessoas alimentam-se com menos de 2,2 mil calorias diárias, o mínimo vital; o número de financiamentos habitacionais concedidos caiu de 562,4 mil em 1980 para 60,6 mil até outubro de 1986.

Sim ao não-pagamento — Conforme documento final, amplamente discutido e em processo de distribuição, o encontro “reconhece a necessidade de propor ação direta de inconstitucionalidade da dívida externa, perante o Supremo Tribunal Federal, demonstrando a urgência de concessão de medida liminar de suspensão imediata de seu pagamento, bem como o atual ‘plano de renegociação da dívida externa para 1988 e 1989’, até a apuração de todos os atos e fatos geradores do endividamento brasileiro”.

Foi consenso, também, que “somente conscientizado, mobilizado e unido o povo poderá derrotar essas mano-

É importante desmistificar a idéia do calote. Uma questão deve ser retomada: quem deve a quem?

bras engendradas pelo sistema econômico-financeiro internacional, que está levando os países do Terceiro Mundo à falência”. Por isso, os participantes sugeriram: a divulgação, através de uma cartilha, da memória do encontro, com as principais discussões, bem como dos trabalhos da Comissão Mista do Congresso Nacional; confecção de material didático explicativo sobre a dívida externa — vídeos, cartazes, cartilhas, adesivos etc.; criação de comitês regionais e locais para a discussão da dívida externa; e outros.

Fica claro, após um desfilar de dados que trazem à mostra o descompromisso e a má fé dos dirigentes que entregaram o Brasil nas mãos dos credores internacionais — em detrimento do bem-estar de seu povo —, que uma questão precisa ser retomada: quem deve a quem? Como afirma Hélio Bicudo, secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, “é importante desmistificar a idéia de que não se deve dar ‘calote’ no credor. Na verdade, o povo é a vítima dos ‘calotes’ que as classes dominantes vêm passando sobre ele”.

Paulo Roberto Salles Garcia é jornalista e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

Os participantes do encontro foram unânimes em condenar o pagamento da dívida externa, que fere a soberania nacional

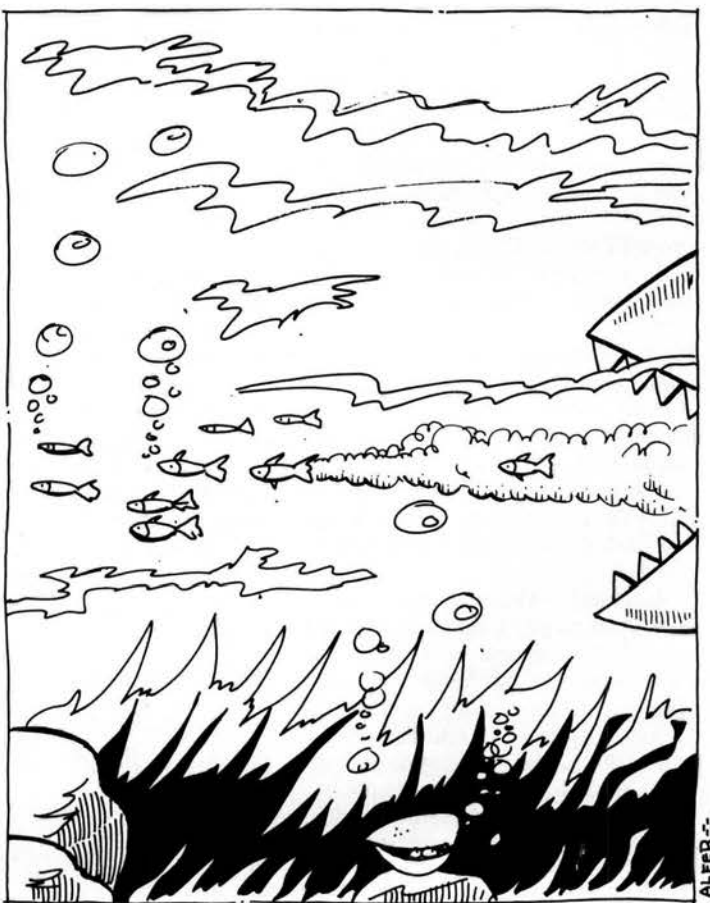


Ag. Tempo

SOBRE PEIXES E POLÍTICA

Tive um aquário no meu escritório. Quando a tensão era grande eu deixava de lado minhas coisas e ficava olhando os peixes que nadavam serenos em meio ao silêncio das plantas. Isto me fazia muito bem. Ficava tranqüilo. Muito bonitos eram os tricogaster (do grego "trics", fio de cabelo; "gaster", barriga), peixes de desenhos rendilhados e um par de longos cabelos saindo do ventre, um de cada lado. Descobri que o casal ia ter filhotes. Fiquei feliz. Mudei os peixes estranhos para outro aquário: pais e filhos não podiam ser perturbados. Nasceram os filhotinhos, incontáveis. Eu me deleitava vendo o seu crescimento, como enchiam o aquário, sob a zelosa proteção do pai, que não se descuidava um só momento. Peixinhos felizes, eu pensei. Com tais cuidados paternos é certo que não sofrerão de neuroses ao crescer. E, de fato, não sofreram. Por não terem chegado a crescer. Numa bela manhã, como de costume, fui até o aquário para vê-los. E o que vi foi um pai solitário, com uma enorme barriga. Como a bruxa do "Joãozinho e Maria" ele só esperara que os pobrezinhos engordassem para então devorá-los.

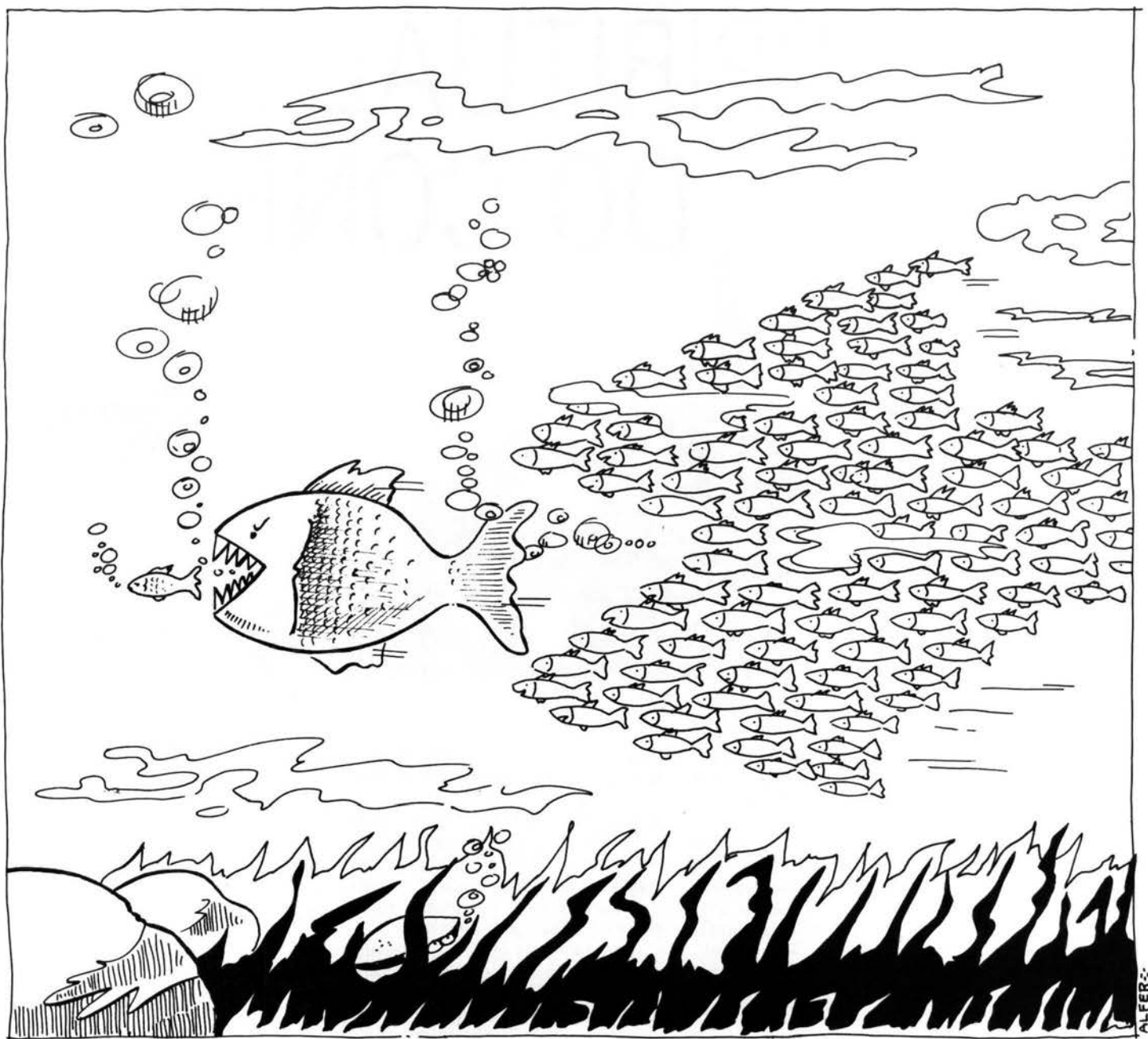
Isto aconteceu faz tempo. Estava até esquecido. Lembrei-me em meio a uma leitura de Hobbes, em suas meditações sobre a origem do Estado. Ah! Como eram suaves as suas ilusões... Ele mesmo fazia pilhéria sobre a sua origem. Nasceu prematuro, ao que tudo indica, de aborto resultante do terror de sua mãe ante a iminência da chegada da armada espanhola. "O medo e eu somos irmãos gêmeos", ele dizia. E, de fato, parece que sua teoria política nasceu do medo. Era certo que coisa mais terrível não poderia haver que a "guerra de todos contra todos", em que os homens, em seu estado natural, se engalfinhavam, cada um só pensando no seu próprio interesse e na eliminação dos seus vizinhos. O homem é o lobo do homem: selva, pura selva... Foi então que os homens, cansados de sua loucura, e com medo da morte que morava neles, decidiram que era preciso estabelecer alguém como monarca. Somente assim, quando os muitos se subordinassem a um único, haveria possibilidade de ordem e paz. Este "Deus Mortal", como Hobbes o denominava, seria o objeto da obediência de seus súditos. E, em troca, ele lhes daria o maior bem que poderiam



desejar: a libertação do medo, a proteção contra o caos. Antes severidade e ordem que liberdade e caos. Antes o autoritarismo conservador de De Gaulle que a liberdade incerta da imaginação estudantil (1968). Quando o caos aparece, sempre aparece também a nostalgia da ditadura benevolente. Para os que têm medo das incertezas da liberdade a espada tem sempre um efeito embalador...

Hobbes nada sabia sobre o tricogaster. Se o tivesse, suspeitaria que, não raro, os protetores se metamorfoseiam em devoradores. Tudo depende da fome. Foi assim que Cronos engoliu os seus filhos.

Imagino o pânico no aquário, uma vez iniciada a refeição. Os peixinhos, se pudessem, teriam fugido.



Consta, inclusive, que há um número sem precedentes de brasileiros emigrando para o exterior... Inverte-se, assim, o esquema de Hobbes. Se o pai que protege unifica os irmãos, o pai que devora os dispersa, cada um para o seu lado.

A menos que Freud, entre Hobbes e tricogaster, seja aquele que está com a razão. Não, os irmãos não se dispersaram. Eles se uniram. Conspiraram. E concluíram que só seriam irmãos quando juntos matassem o pai. Tema que aparece, sutil, na deliciosa estória de "João e o pé de feijão". No alto das nuvens, longe de qualquer CPI, o Gigante, "Deus Mortal", dono da galinha dos ovos de ouro, fonte de riqueza inesgotável (suficiente

mesmo para construir ferrovias), e dono da harpa encantada, segredo da felicidade. João rouba os bens do gigante, e corta o talo do feijão mágico. Entre nós: não é possível que alguém esteja em altura tão grande por artimanhas de um simples pé de feijão. E João e sua mãe, juntos com os irmãos da lenda freudiana, puderam juntos iniciar a construção de uma felicidade maior sobre a terra...

E democracia não será precisamente isto? Quando os irmãos se reconhecem órfãos e tomam sobre os seus ombros a tarefa de organizar o seu mundo? Pais, por benevolentes que sejam, acabam por devorar seus filhos quando a fome aperta.

A ESPIRITUALIDADE DO CONFLITO



Frei Betto

Tomem-se as tradicionais referências da espiritualidade cristã. Um mar de rosas. Praias desertas, lagos paradisíacos, bosques verdejantes, como se Deus fosse um rico turista em férias. Agora, os esgotos entopem as praias, os lagos estão poluídos, os bosques são consumidos por queimadas ou derrubados pelo latifúndio. O paraíso prometido no Gênesis implodiu-se sob o abuso da liberdade humana. Essa maldita tentação de ser como Deus transparece em nossos pequenos gestos de onipotência: o julgar-se melhor do que os outros, o medo da crítica e da autocritica, a busca de excessiva segurança, o apego à função que nos reveste, como se sem ela nos sentíssemos banidos desse miserável Éden de vaidades. Arrancamos a espada das mãos do anjo e dividimos o que o Senhor não queria ver dividido: a fraternidade humana fragmentou-se em classes sociais.

Na falta da consciência social, buscou-se a reparação individual. Um Deus que alivia o coração, sem exigir justiça; uma fé privatizada, aparentemente destituída de toda dimensão política; uma igreja com suas catedrais

barrocas, repletas de ouro, erguidas pelo braço atado dos escravos. Uma espiritualidade doce e suave como fragrância de um perfume. Toda uma estética muito a gosto da corte de Salomão ou dos monges essênios de Qmram: claustros silenciosos, retiros prolongados, peregrinações que exigem passaporte. Um Deus *prêt-à-porter*.

Entretanto, os que ficaram abaixo da espada do anjo estavam privados também do alimento da alma. Como meditar em alamedas arborizadas se as ruas da periferia são esburacadas e o trabalho exige longos percursos em ônibus apertado? O choro faminto de crianças chegará às alturas como o canto gregoriano? Por que porta entram nos retiros espirituais as prostitutas, os bêbados, os marginais e os sofredores de rua? Ou será que a porta do Reino dos Céus fica nos fundos?

Abre-se o Evangelho, fonte e modelo de toda espiritualidade cristã. Como encontrar o doce Jesus neste Filho do Homem que denuncia os fariseus como hipócritas e qualifica Herodes de raposa? Onde está o Cristo Rei neste Servo de Javé que se cerca de pecadores e jamais condena um oprimido? Co-

mo suportar o radicalismo de, primeiro, fazer-se pobre com os pobres para, em seguida, ser aceito como seu discípulo? E por que Ele preferiu espelhar-se — não nos tolerantes, nos bondosos, nos que cumprem as leis e respeitam as autoridades — mas nos que têm fome e sede, estão nus e aprisionados?

A espiritualidade do conflito caracterizou a vida de Jesus. Do nascimento sob perseguição de Herodes à morte na cruz, a conflitividade marcou a missão do Enviado de Deus. Nele, a paz não era qual a do burguês, cercada de muros e distante daqueles que o mundo despreza como escória. Emanava de sua absoluta confiança no Pai, em quem centrava-se para descentrar-se no povo. Como não se revestia de nenhum poder aparente, a ponto de impedir Pedro de o revelar como Messias, ficava exposto a toda sorte de solicitações e atritos. No entanto, sabia que o amor se nutre de gratuidade. No silêncio da noite ou às primeiras horas da manhã, passava longas horas em oração. Deixava-se reabastecer pelo Espírito. Mergulhava fundo na comunhão trinitária.

Hoje, os conflitos não são menores do que antes. A diferença é que a mídia eletrônica transformou o planeta numa pequena aldeia. A briga do vizinho atinge toda população. E, talvez, estejamos menos preparados para suportar os ventos contrários que sopram sobre a barca de Pedro, pois falamos de Deus, com Deus, a Deus e nem sempre deixamos Deus falar em nós. Como os apóstolos, vacilamos, esquecendo do que dissera Gamaliel: o que é obra de Deus ninguém pode destruir.

Frei Betto, teólogo e escritor, é autor, entre outros, de *Lula, biografia política de um operário*. Lançado pela editora Estação Liberdade, no final de outubro, o livro já está na 5ª edição.

BRASIL SEDIA ASSEMBLÉIA DA FLM

Tânia Kruttscka

Inspiradas pelo tema "Ouvi o clamor do meu povo", cerca de mil pessoas, ligadas a 105 igrejas e representando 55 milhões de luteranos de todo o mundo, vão se reunir no campus da Pontifícia Universidade Católica, em Curitiba, de 30 de janeiro a 8 de fevereiro do próximo ano, participando da 8ª Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM). Entre os participantes, encontram-se quatrocentos delegados das igrejas-membros, com direito a voz e voto, dos quais 40% são mulheres e 20% jovens, além de acompanhantes, convidados, observadores ecumênicos e uma centena de jornalistas — a maioria deles estrangeiros.

A Assembléia Geral é o encontro mais importante da FLM, que representa 93% dos luteranos de todo o mundo, pois determina as prioridades para sua atuação nos anos seguintes. Também elege, por votação direta e secreta, os novos dirigentes da entidade para um mandato de seis anos. Debate as principais questões que afetam o mundo, na época de sua realização — agora a dívida externa, a pobreza, a violência, a militarização e os problemas ecológicos — apontando caminhos para atuação das igrejas-membros. E, como é o caso deste encontro, discute e vota propostas de alteração de sua Constituição, que visam implantar um projeto de reestruturação para diminuir os custos financeiros da entidade, orçados hoje em 80 milhões de dólares.

Esta é a primeira vez, desde a fundação da FLM, há 42 anos, que luteranos de todo mundo vão se reunir num país de maioria cató-

lica e no continente latino-americano. As assembléias anteriores se realizaram em Lund, Suécia, em 1947, sob o tema "A Igreja Luterana no mundo de hoje"; Hannover, Alemanha Ocidental, 1952, com o tema "A Palavra viva numa Igreja responsável"; Mineápolis, Estados Unidos, 1957, sob o tema "Cristo liberta e une"; Helsinki, Finlândia, 1963, com o tema "Cristo hoje"; Evian, França, 1970, sob o tema "Enviados ao mundo"; Dar-Es-Salaam, Tanzânia, 1977, com o tema "Em Cristo — uma nova comunidade"; Budapeste, Hungria, 1984, sob o tema "Em Cristo — esperança para o mundo".

Desafio — O encontro de Curitiba vai marcar uma mudança na postura da Assembléia, a partir do desafio traduzido na escolha do tema "Ouvi o clamor do meu povo". A frase, baseada numa expressão bíblica, que se encontra pela primeira vez em Êxodo, ecoa através de toda a Escritura. "O tema, porém", explica o secretário-geral da FLM, Gunnar Staalsett, "continua a se fazer ouvir na época atual, através do sofrimento de milhões de pessoas em todo o mundo que sofrem as injustiças e a agonia de uma criação ameaçada pela destruição".

A 8ª Assembléia também vai trabalhar em quatro subtemas, cada um enfocando uma expressão particular do tema geral e identificando uma área em que a Igreja é chamada a realizar seu trabalho e atendendo ao desafio "Ouvi o clamor do meu povo por...": vida em comunhão, salvação, paz

com justiça e uma criação libertada. "A FLM espera que os delegados das igrejas-membros respondam a esses desafios fazendo uma confissão de fé para o mundo, trazendo uma orientação pastoral para a comunhão luterana e apontando as diretrizes para seu trabalho em futuro imediato", explica Gunnar Staalsett, num documento para leitura prévia dos participantes da Assembléia. Esses compromissos citados pelo secretário-geral são assumidos pelas igrejas-membros da FLM através do documento final da Assembléia, dis-

Gunnar Staalsett, secretário-geral da FLM: o tema da assembléia, "Ouvi o clamor do meu povo", se traduz no sofrimento de milhões



A FLM espera que os delegados respondam aos desafios fazendo uma confissão de fé para o mundo

cutido e aprovado ao final de cada encontro.

Nesta 8ª Assembléia, os delegados têm um extenso programa a cumprir. Entre outros pontos, devem avaliar os diversos relatórios da direção da FLM sobre o trabalho executado nos últimos seis anos, participar das palestras e discussões sobre o tema e subtemas, entre eles "ecologia e desenvolvimento" — a ser apresentado pela primeira-ministra da Noruega, Gro Bruntland. Depois, entram em debate as propostas de reestruturação e de alteração na Constituição da FLM, que devem ocupar seis sessões do programa. Na noite do dia 6 de fevereiro, participam de uma vigília na Catedral de Curitiba, em solidariedade a todos os povos que vivem em situação de sofrimento no mundo. No penúltimo dia, elegem o novo presidente (o atual é Johannes Hanselmann, da Alemanha Ocidental, que substituiu o bispo húngaro Zoltan Kaldy, eleito na assem-

Articular clamor, esperança, significa dar o testemunho que nasce da promessa de Deus

bléia de Budapeste e falecido em 1987) e o novo Comitê Executivo (integrado hoje por Aida Haddad, da Jordânia, Augusto Ernesto Kunert, do Brasil, Soritua Nababan, da Indonésia, David Preus, dos Estados Unidos, e Suzannah Telewoda, da Libéria) para dirigirem a FLM nos próximos seis anos.

Integra ainda a programação o "Dia da Igreja", marcado para o domingo, 4 de fevereiro, organizado pela 2ª Região Eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que se realiza no ginásio de esportes Tarumã, em Curitiba, para o qual são esperadas 12 mil pessoas de todo o país. Um coro de quatrocentos trombonistas e um coral de 1,2 mil vozes se apresentam nesse dia.

Clamor — A delegação brasileira, com direito a voz e voto nesta 8ª Assembléia é presidida pelo pastor Gottfried Brakemeier, presidente da IECLB, e integrada ainda pelo pastor Egbert Schwanz, de Blumenau (SC), a pastora Haidi Jarschel, de Mauá (SP), as leigas Iris Pedrotti, de Cuiabá (MT), Lilian Lengler, de Estrela (RS), e Marlene Rost, de Céu Azul (PR), e pelo delegado jovem Rui Braun. Há um ano, a IECLB constituiu uma Comissão Regional encarregada da organização de todos os detalhes da Assembléia, sob a coordenação do pastor Heinz Ehlert, de Curitiba.

A expectativa da IECLB em relação a esta 8ª Assembléia é de que o encontro seja um veículo para articular o clamor do povo, "o que implica identificar as causas que fazem o povo de Deus clamar no mundo", explica o secretário de Comunicação, pastor Silvio Schneider. Os luteranos brasileiros esperam que o encontro de Curitiba seja também o elo articulador da esperança que está implícita no tema. "Articular clamor significa demonstrar solidariedade aos que clamam; articular esperança significa dar testemunho que nasce da promessa de Deus", esclarece o pastor Gottfried Brakemeier.

Para o Brasil, a IECLB espera que a Assembléia da FLM traga um fortalecimento mútuo de fé, através do convívio dos hóspedes com a realidade dos luteranos brasileiros. Por último, a IECLB pretende que o encontro seja uma demonstração de ecumenicidade, nacional e internacional, "inserindo-se no testemunho que a missão da Igreja requer em todo o mundo e que expresse sua função político-diaconal através da insistência e disposição de cooperar na superação dos problemas que nos angustiam", completa Silvio Schneider.

Tânia Kruttscka, jornalista, é assessora de imprensa da Federação Luterana Mundial (FLM).



Valor da assinatura: NCz\$ 35,00
Exterior: US\$ 20

Assine o Sem Terra e participe da luta pela reforma agrária

☒ Desejo fazer assinatura do *Jornal Sem Terra*. Para isso estou enviando cheque nominal em favor da Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

Rua Ministro de Godoy, 1484 — Perdizes
05015 — São Paulo — SP — Brasil — fone: (011) 864-8977

☒ Quero receber o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* por um ano (12 exemplares) no seguinte endereço:

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____
Profissão: _____ Telefone: _____

DOM MAURO MORELLI VISITA CMI

Por ocasião de sua visita à diocese de Pádua, na Itália, o titular da diocese de Duque de Caxias e São João do Meriti (RJ), dom Mauro Morelli, resolveu aceitar o convite do Programa de Missão Urbana e Rural do CMI para uma visita de três dias à sede do Conselho em Genebra, Suíça.

Símbolo maior do movimento ecumênico internacional, congregando mais de trezentas igrejas protestantes, ortodoxos e anglicanos, o Conselho Mundial de Igrejas, dando expressão ao seu compromisso histórico com a sorte de dois terços da humanidade explorados e humilhados pela injusta ordem político-econômica mundial, recebeu dom Mauro com alegria, fraternidade e distinção, reconhecendo nele uma das mais autênticas expressões da Igreja popular brasileira, voltada para os mais fracos e empobrecidos, voz que clama pela vida no meio dos sinais da morte que povoam a Baixa-Fluminense.

Cumprindo um extenso programa de visitas a vários departamentos do Conselho, uma entrevista com seu secre-

tário-geral, Emílio Castro, também latino-americano, dom Mauro Morelli foi homenageado com um almoço e ainda deu uma entrevista exclusiva a *One World*, a revista mensal do CMI.

Embora não sendo o primeiro, dom Mauro é um dos poucos prelados católicos brasileiros a manter uma relação mais próxima com o CMI, dentro de sua opção ecumênica. Nas várias entrevistas, discutiu temas comuns às igrejas em geral, como a questão da religiosidade popular, a necessidade cada dia maior da solidariedade internacional na luta comum dos pobres por libertação e dignidade e tocou, também, nos temas próprios da necessária e difícil questão das relações intereclesiais entre católicos e protestantes. Recém saído do 7º Encontro das Comunidades Eclesiais de Base, que se realizou em sua diocese e que tem como um dos temas centrais o ecumenismo e uma histórica participação de mais de 130 evangélicos de doze diferentes denominações, dom Mauro mostrou-se à vontade com a temática, oferecendo subsídios de sua prática

cotidiana à discussão em curso dentro do CMI.

Colocando a questão da luta pela construção do Reino de Deus a partir dos empobrecidos e injustiçados deste mundo como um dos critérios basilares para a implantação dos sinais da unidade entre os cristãos, dom Mauro impressionou seus anfitriões pela profundidade de sua espiritualidade e pela força de seu compromisso evangélico com a luta do povo latino-americano, especialmente o povo brasileiro. Em sua saudação ao bispo visitante, o rev. Emílio Castro fez questão de sublinhar estes aspectos da personalidade de dom Mauro, destacando o significado ecumênico de sua visita ao CMI.

Dom Mauro Morelli (à direita) com o reverendo **Emílio Castro** (à sua frente): estreitamento de relações com o CMI



DOCUMENTO KAIRÓS

HERESIA NO CRISTIANISMO DE DIREITA

O caminho de Damasco é o título de um documento elaborado por cristãos de sete países do Terceiro Mundo — Coréia do Sul, Filipinas, África do Sul, Namíbia, Nicarágua, El Salvador e Guatemala — que vivem uma situação de violento conflito político e dão testemunho de uma dilacerante experiência: a presença de cristãos em ambos os lados do conflito. Isso os levou a aprofundar a própria fé e a levantar profeticamente sua voz perante o mundo e as igrejas.

Ao buscar suas raízes no passado, o documento faz uma análise do conflito político e religioso existente em nosso mundo: a religião entrou de cheio no conflito e o conflito, por sua vez, entrou nas igrejas. O documento, a partir da perspectiva crente dos pobres nestes sete países, destaca como ponto focal a manipulação da fé cristã e sua utilização por parte dos poderosos para oprimir os pobres e sufocar sua luta por libertação, bem como a convivência e a cumplicidade religiosa de certos setores das igrejas com esta perseguição aos pobres.

Ele continua com uma confissão e proclamação sincera da “fé dos pobres”, dando conta da redescoberta de Deus através da leitura popular da Bíblia, que os levou a reencontrar o Jesus do evangelho e, conseqüentemente, a crescer na fé e amadurecer o próprio compromisso.

Partindo desta “fé dos pobres”, fazem um julgamento da situação descrita na primeira parte, e lançam ao mundo sua denúncia profética. Em uma atualização original, estes cristãos denunciam o que são hoje as novas formas — tão reais e asperamente sofridas por eles na própria carne — da idolatria, da heresia, da apostasia, da hipocrisia e da blasfêmia. O ponto alto do documento pode ser a denúncia que se faz do cristianismo de direita como uma forma moderna de heresia.

Na parte final, o documento faz um convite à autocritica e à conversão, valendo-se da imagem bíblica da conversão de Paulo em sua viagem a Damasco. Também hoje, vinte séculos mais tarde, o Paulo que persegue, em nome da autoridade e da lei, os pobres que escolheram seguir os passos de Jesus, poderá ouvir novamente: “Saulo, por que me persegues?”. Este documento, que contém o grito profético dos pobres perseguidos pelo Templo e pelo Império, faz hoje eco autorizado às palavras de Jesus e espera obter a mesma eficácia de conversão.

Por seu enfoque, pelo conteúdo, pela novidade de suas colocações, não resta dúvida de que estamos diante de um documento sumamente interessante e atual no contexto histórico que vivemos, não somente no Terceiro Mundo em geral mas na América Latina e na América Central em particular.

Faz tempo que o Império decidiu estender a guerra contra os pobres também ao campo religioso. A declaração de Rockefeller e os documentos de Santa Fé 1 e 2 estão aí para testemunhar pela própria boca do Império que a guerra religiosa está se incrementando. A perseguição à teologia da libertação, o silenciamento dos teólogos, a satanização da igreja popular por parte das igrejas, funcionam perfeitamente como um capítulo da “guerra cultural” de que Santa Fé 2 nos fala. Este grito dos pobres, articulado tão ecumênica e universalmente neste documento único em seu gênero, se faz um marco de referência imprescindível aos que desejam que o nome de Deus não seja ultrajado entre as nações.

(Traduzido do espanhol por Alfredo S. V. Coelho)

REFUGIADOS GUATEMALTECOS PEDEM SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Faz duas semanas tive vários encontros com refugiados guatemaltecos no exílio. Visitei seus acampamentos, não muito diferentes de como sempre imaginei os acampamentos de Israel em sua travessia pelo deserto. Conversamos. Deixei que a palavra deles, silenciosa e densa, maia, indígena, me penetrasse profundamente. Fiz várias horas de gravação. E me pediram finalmente: "Publique, escreva, para que o mundo saiba". Revisei os papéis e as fitas, buscando suas próprias palavras. Melhor ouvir sua própria voz, ainda que em uma síntese muito pequena. A voz dos que não têm voz

José María Vigil

TP — Em poucas palavras, como vocês descreveriam a situação da Guatemala?

Refugiados — A Guatemala é um país muito rico. Tem de tudo. Tem petróleo ao norte, em Alta Verapaz. Tem níquel em Izabal. Tem grandes extensões de pastagens. Toda a costa sul é muito rica em algodão, cana-de-açúcar. Tem também grandes extensões de selva, com madeiras finas. E também muito turismo...

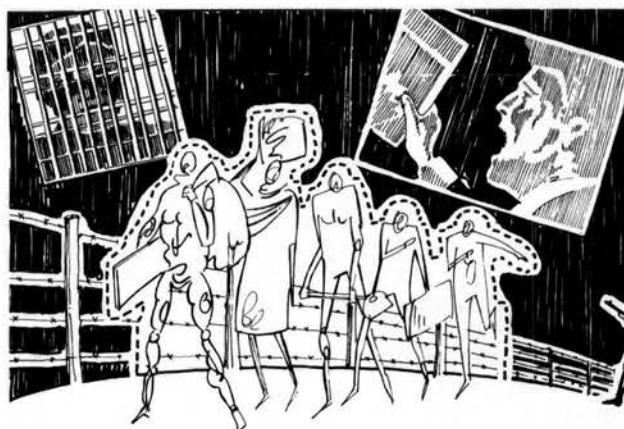
Contudo, os guatemaltecos vivemos na miséria. A posse de 71% das terras está nas mãos de 2% da população. A imensa maioria vive em condições infra-humanas.

É preciso dizer também que a Guatemala é um país eminentemente indígena. Mais de 60% do povo é indígena, maia. Porém, desde a chegada dos conquistadores, uma minoria de brancos, seus descendentes, controlam a nação e mantêm submetida a maioria indígena...

Os militares controlam o país. Controlam inclusive a economia. Têm até seu próprio banco, o Banco do Exército. E estão em estreita aliança com a oligarquia, com os proprietários de terras...

TP — Falem um pouco sobre a história recente da Guatemala.

Refugiados — A Guatemala nunca teve uma democracia. Desde a invasão, desde a conquista dos espanhóis no século 16 até hoje, a Guatemala só teve dez anos de democracia, de 1944 a 1954, durante o governo de Arévalo e de Jacobo Arbenz. No ano de 1954 sobreveio a intervenção militar direta dos Estados Unidos na Guatemala. Derrubam o governo popular. Não era um governo de esquerda, mas simplesmente um governo democrático burguês que respeitava as liberdades individuais e os direitos dos mais pobres. Tinha feito uma reforma agrária... Porém a intervenção dos Estados Unidos coloca os militares no poder, que o devolvem em 1986, "oficialmente", a Vinicio Cerezo.



TP — A Guatemala é um país em guerra. Dizem que a guerrilha guatemalteca é a mais antiga da América Latina.

Refugiados — Surgiu entre nós em 1966 e 1967. E a primeira guerrilha da Guatemala saiu do próprio exército. Naquela época a miséria do povo crescia diariamente. Alguns militares, do movimento "13 de novembro", com os oficiais Luis Turcios Lima, Marco Antonio Yon Sosa e Luis Trejo fizeram uma tentativa de golpe para atacar a corrupção, a violência e a repressão brutal que o exército estava exercendo contra o povo. Houve um bom grupo de militares conscientes que tomaram parte no golpe. Mas este foi sufocado. E, então, percebendo a impossibilidade de fazer algo dentro do sistema, se retiraram para a montanha e formaram a primeira guerrilha, as Forças Armadas Rebeldes (FAR), pelas montanhas da Sierra de las Minas, no distrito de Izabal.

TP — Porém, desde aquela época apareceram muitos.

Refugiados — Sim. Surgiram outros grupos guerrilheiros, como o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), na região de Quiché, Alta Verapaz, Huehuetenango. Também a Organização do Povo em Armas (Orpa), na região de Quezaltenango, Sololá, San Marcos... E as três organizações se uniram e constituíram o que se chama União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

TP — Qual o objetivo da URNG?

Refugiados — Segundo eles próprios, aquilo que desejam não é a violência, mas a paz para a Guatemala. Querem uma Guatemala onde o direito do povo seja respeitado, onde exista justiça, onde ninguém passe fome, onde os direitos humanos não sejam violados. Consideram, porém, que os caminhos para uma solução pacífica foram fechados.

TP — E o povo?

Refugiados — O povo é, em sua grande maioria, camponês. Existe um movimento popular muito forte na Guatemala. Entre os camponeses, por exemplo, há o Comitê de Unidade Camponesa (CUC), composto principalmente por indígenas e mestiços pobres. Sua pretensão é a recuperação da terra. Para nós, camponeses guatemaltecos, como para todos os camponeses e indígenas em geral da América Latina, a terra é algo sagrado. É a fonte da vida. É a mãe terra. Tirar a terra do camponês é tirar-lhe a vida. É matá-lo. A luta pela terra, mais que uma luta econômica, é sobretudo uma luta sagrada, religiosa. Principalmente para nós indígenas.

O CUC tenta recuperar essas terras que roubaram do povo camponês.

TP — Vocês são refugiados. Quando e como surge o refugiado na Guatemala?

Refugiados — Entre 1980 e 1982 o exército começou uma brutal repressão, como nunca se havia visto na história da América Latina. Colocou-se em prática uma política “de terra arrasada”, como foi chamada, assessorada pelos israelenses e norte-americanos, conforme a experiência que haviam adquirido no Vietnã. Essa política tinha como objetivo subtrair a base social da guerrilha. Sabiam muito bem que o exército não podia com a guerrilha. Então, como a guerrilha se apoiava na própria população — porque os guerrilheiros são, antes de tudo, gente do povo, indígenas do povo organizados para defender os interesses dos pobres —, como não podiam vencer a guerrilha, buscaram retirar dela sua base social, “arrasando”, destruindo a população civil. É o que disse um chefe militar: “Já que não podemos com o peixe, vamos esvaziar o tanque e o peixe morrerá”. Começaram assim a “arrasar” as montanhas do Norte, com uma série interminável de bombardeios, de massacres, de incêndios de povoados...

Foi quando se produziu um êxodo massivo de gente para fora do país. Essa é a origem dos refugiados guatemaltecos no México, por um lado. Por outro, se deu um grande êxodo de pessoas para as montanhas do Norte, que é o que originou os refugiados no interior da Guatemala, os povoados em resistência. E, em terceiro lugar, se deu também, simultaneamente, uma migração em massa em direção às cidades, principalmente para a capital, Guatemala, e para Quetzaltenango. São os expatriados internos. Segundo os bispos da Guatemala produziu-se cerca de 1 milhão de expatriados internos, pessoas que vieram fugindo da área rural: mais de 1 milhão em um país de 7,5 milhões de habitantes.

TP — E o restante dos expatriados?

Refugiados — É difícil dizer quantos possam ser nas montanhas do interior da Guatemala. Eles se refugiaram na selva, sob a vegetação serrana da área de Itxil, em Quiché, e, ao Norte, na selva de Itxcán, onde continuam, no entanto, a resistir à repressão do exército.

No exterior — Estados Unidos e México — perto de 200 mil. No sul do México, nos Estados de Quintana Roo, Campeche e Chiapas, somos aproximadamente 46 mil refugiados.

TP — Qual é agora a maior preocupação dos refugiados?

Refugiados — Nossa maior preocupação é o Diálogo Nacional.

TP — Do começo. Contem para gente a história do Diálogo Nacional.

Refugiados — Talvez o Diálogo Nacional seja uma das coisas que mais está chamando a atenção da opinião públi-

Desde a invasão espanhola, no século 16, até hoje, a Guatemala respirou apenas dez anos de democracia, de 1944 a 1954

ca da Guatemala nestes últimos meses. Porém, a coisa vem de longe. E, na realidade, a primeira iniciativa foi tomada faz quase três anos pela guerrilha guatemalteca, em uma carta da URNG intitulada “Carta pela salvação nacional”. Nela a URNG defendia que a guerra na Guatemala não iria cessar se não se buscassem soluções profundas e substanciais para os problemas nacionais.

TP — Quais eram os problemas apontados nessa carta da URNG?

Refugiados — Terra: já dissemos que na Guatemala 2% da população possui 71% das terras. **Direitos humanos:** a própria Anistia Internacional declarou que a Guatemala talvez seja o país onde mais se violam os direitos humanos. **Os refugiados:** nós, com esses dados que acabamos de mostrar. **A situação econômica:** uma crise que cresce a cada dia e que pesa sobre os mais frágeis, sobre os mais explorados. Por fim, é claro, o próprio **conflito armado interno**.

TP — Qual a repercussão do documento?

Refugiados — A proposta de diálogo feita pela guerrilha foi rechaçada taxativamente pelo exército e pelo governo. Foi e é apoiada, porém, pela universidade, pelas organizações populares, por setores do magistério, pela igreja e por alguns políticos. O exército se opõe terminantemente à entrada da URNG ao diálogo que posteriormente teve que se estabelecer para dar cumprimento aos Acordos de Esquipulas.

TP — Fracassou a possibilidade de um diálogo nacional efetivo?

Refugiados — Não, não fracassou a possibilidade de um diálogo entre governo, exército e guerrilha, porém o Diálogo Nacional se pôs em marcha, e o que importa é que sua simples existência está trazendo nova vitalidade ao movimento popular, ao crescimento de todas as forças que querem realmente uma mudança na Guatemala. Todas estas forças, quase sem perceber, estão se unindo em torno dos problemas reais que afetam o país. De fato, ao redor do Diálogo se constituiu a UAP, unidade sindical e popular, e também está surgindo uma nova plataforma ecumênica de unidade dos cristãos que estão ao lado do povo e querem mudanças. Concretamente, enquanto cristãos, se constituiu o que se chama “Cristãos para o diálogo nacional”, integrado tanto por católicos como por protestantes; estão aí representados 114 igrejas e 35 grupos católicos de base.

TP — E a Igreja Católica hierárquica, oficialmente?

Refugiados — A Igreja Católica se ofereceu como mediadora para o diálogo entre a URNG e o governo, esse diálogo rechaçado. Logo se nomeou a chamada Comissão de Reconciliação Nacional, cujo presidente é precisamente o bispo Quezada Toruño, que é um homem aberto, um homem que está se fazendo intermediário entre as forças de oposição, as forças populares e o governo.

TP — E vocês refugiados, participam do Diálogo Nacional?

Refugiados — Sim, através de nossos representantes oficiais, democraticamente eleitos entre nós, que são as Co-

Para os camponeses guatemaltecos, como para todos os camponeses e indígenas da América Latina, a terra é algo sagrado

missões Permanentes. Elas foram criadas no ano passado. Em maio de 1988 iniciamos relações com o governo de Vinicio Cerezo, onde expusemos nossas primeiras condições para regressar ao nosso país, em consonância com o que o próprio governo aprovou em Esquipulas 2.

TP — Quais as condições?

Refugiados — São cinco: reconhecimento do direito legal sobre nossas terras; liberdade de organização; permanência das missões civis entre nós; garantias e segurança suficientes; acompanhamento de internacionalistas para que possam velar pelo cumprimento de nossas exigências.

TP — E vocês têm esperanças no Diálogo?

Refugiados — Queremos, antes de tudo, que o governo aceite e reconheça as Comissões Permanentes como nossas legítimas representantes, porque elas o são, e porque temos direito de participar do Diálogo. Há sete anos estamos no exílio. O governo da Guatemala nunca nos permitiu dialogar. Em 87, a esposa de Vinicio Cerezo, Raquel Blandón, veio nos visitar; porém, só nos deixou promessas que nunca se concretizaram. Nunca recebemos uma resposta às condições que enviamos ao governo. Queremos dar a conhecer ao mundo tudo isso, para pedir o apoio, a solidariedade internacional.

TP — Os refugiados são cristãos?

Refugiados — Sim, e em sua maioria católicos.

TP — E estão organizados também como cristãos, do mesmo modo que politicamente?

Refugiados — Sim. Estamos agora mesmo trabalhando com a formação dos dirigentes das comunidades. E já tivemos nosso primeiro encontro, contando com a participação de representantes dos acampamentos dos três Estados do sul do México e dos povoados em resistência. Fizemos durante o encontro um documento a esse respeito.

TP — Que diz esse documento?

Refugiados — Fala dos motivos e objetivos que levam a nos organizarmos enquanto cristãos.

TP — Segundo o documento, por que vocês querem se organizar enquanto cristãos?

Refugiados — Queremos organizar os cristãos: porque sem organização não somos povo de Deus, e organizados podemos apoiar a Igreja dos pobres que Cristo veio estabelecer; porque somos pobres, explorados, discriminados e reprimidos; porque como cristãos temos o compromisso de lutar por justiça, paz e igualdade para todo o povo da Guatemala, não queremos que exista alguém que seja mais do que os outros; porque queremos que se acabem todas as maldades que existem na Guatemala.

Temos o direito de regressar livremente, e não de regressar a uma escravidão ou a um controle pelo poder do exército

TP — E para que vocês querem se organizar?

Refugiados — Para descobrir melhor, em comunidade, a realidade e a missão de Jesus. Para ter mais forças para seguirmos verdadeiramente o evangelho de Jesus. Para lutar por uma religião de verdade em que os pobres tenham voz. Para ir formando uma verdadeira Igreja dos pobres, onde nasça a igualdade, a liberdade, a fraternidade com todas as religiões que trabalham pelo bem dos pobres. Para que sejamos reconhecidos como parte (que somos) da Igreja e para que nossas idéias religiosas, embasadas na Palavra de Deus, sejam respeitadas. Para que se respeite nossa identidade, nossa cultura e nossas organizações comunitárias. Para lutar pelo direito à vida, à liberdade, à educação e à organização. Para colaborar com a construção de uma nova Guatemala, onde existam escolas, hospitais, cooperativas, trabalhos coletivos etc. Para que sejamos reconhecidos como povo guatemalteco e assim poderemos atuar na política conforme a Palavra de Deus, porque esta palavra exige de nós um compromisso concreto.

TP — Para concluir, vamos retornar ao tema da solidariedade. Que pedidos vocês querem fazer para a solidariedade internacional?

Refugiados — Queremos fazer vários pedidos.

Como dizíamos, estamos pensando em um retorno organizado. E nossa quinta condição era o “acompanhamento de internacionalistas”. Para segurança de nosso povo queremos ser acompanhados por internacionalistas. Estamos convidando-os.

Outra coisa de que precisamos é que se reconheça internacionalmente o direito que temos de regressar a nossa terra, que é um direito de regressar livremente, não de regressar a uma escravidão ou a um controle pelo poder do exército. Porque na Guatemala, embora a Democracia Cristã esteja no poder, o governo não é democrata nem cristão. Porque quem tem realmente o poder na Guatemala é o exército. Ainda antes da eleição de Vinicio Cerezo o general García Víctor baixou uma lei pela qual todos os privilégios dos militares no país — privilégios e poderes — se manteriam ainda que entrasse um governo civil; com isso o governo continua inteiramente submetido ao projeto contra-insurgente dos militares. Queremos que nosso direito a regressar em liberdade e para a liberdade seja apoiado internacionalmente.

Também pedimos a atenção da solidariedade internacional para os pontos-chave da política contra-insurgente. Os *pólos de desenvolvimento*, feitos para atrair e concentrar a população refugiada nas montanhas da Guatemala e no México, que são sobreviventes dos massacres e da política de terra arrasada que implementou o exército. As *aldeias modelos*, que segundo o próprio Vinicio Cerezo são uma versão modernizada daquilo que fizeram os espanhóis para controlar os indígenas. As *patrulhas de autodefesa civil*, que segundo a lei são voluntárias, porém na prática são forçadas; o que resiste é marcado como suspeito de ser guerrilheiro e, com isso, assina sua sentença de morte. Aconteceram muitos casos de pessoas que se negaram a participar das patrulhas e que desapareceram ou foram encontradas mortas. Finalmente, os *conselhos de desenvolvimento*, orientados e comandados pelo exército para o controle de toda a vida da nação, do governo, de todo desenvolvimento do país. Pedimos, em especial, a solidariedade dos cristãos.

José María Vigil, sacerdote nicaraguense, desenvolve trabalhos pastorais em seu país.

(Traduzido do espanhol por Alfredo S. V. Coelho)



O DIREITO DO ÓRFÃO

Milton Schwantes

A religião está em alta em meio à política. E isso não vem de hoje. Quase se fez costume.

Chama a atenção que as elites se esforcem em fazer-se passar por muito religiosas. Mas a gente nota que é coisa da hora. É coisa forjada para favorecer. São gestos pensados e estudados para angariar simpatias, popularidade.

Afinal, há muito tempo as elites descartaram a religião. Já não necessitam dela. Detêm o controle de veículos mais poderosos para tentar fazer a cabeça do povo. Jornais e escolas, rádios e novelas, são bem mais eficientes. São mais suscetíveis ao controle. Obedecem a leis de mercado. Ou são concedidos em troca de favores.

Em outros tempos, as igrejas tendiam a assumir tais funções. Eram peças serviais às elites. E, não raro, ainda o são. Mas já perderam muito de seu espaço. A audiência já não é tanta. A eficiência deixa a desejar, quando medida com os padrões das elites.

Ocorreu um deslocamento. A religião supostamente fica reservada ao privado. Seu âmbito seria o da alma. Seus limites a esfera do pessoal, do íntimo.

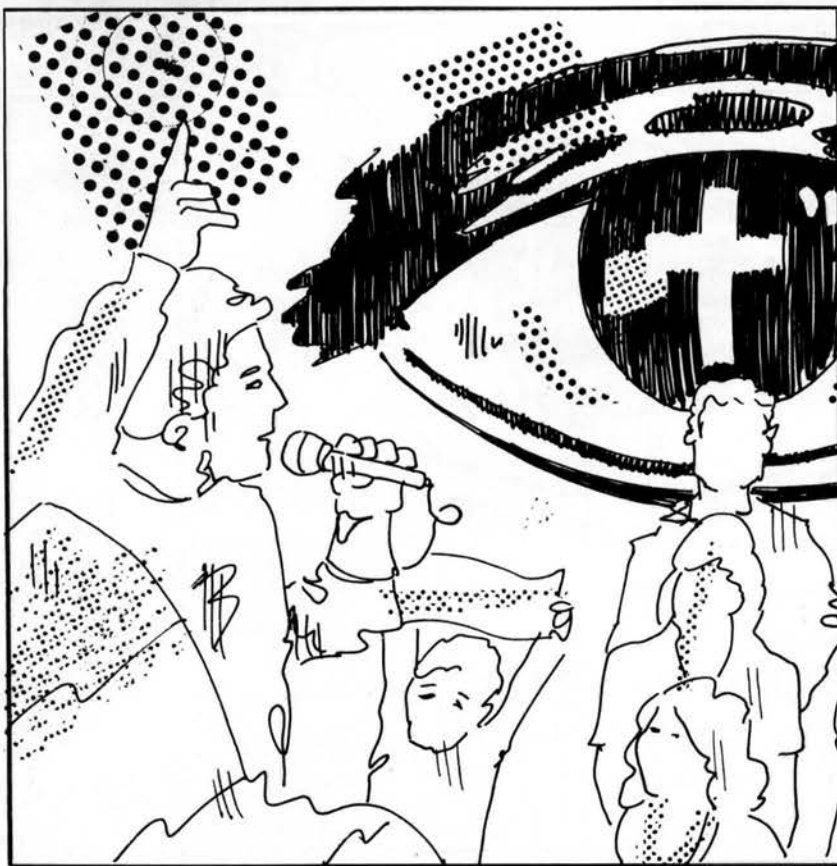
As elites gostariam de confinar a religião à sacristia. Aí se quer respeitá-la. E se deseja que daí não saia.

Mas isso não tem dado certo.

As próprias elites não alcançam ater-se a seus propósitos. Circunscrevem as rezas às sacristias. Mas quando se trata de garantir seu poder, não hesitam em afirmar-se como "cristãos". Propugnam a defesa dos valores religiosos. Peregrinam a Roma e, na volta, se reúnem com pastores evangélicos. Promovem a religião e marcham por "deus, propriedade e família".

Dá popularidade. Cai bem. Afinal, o povo é cristão. É intensamente religioso. E não vem admitindo que suas manifestações religiosas fiquem cativas às sacristias. Paredes eclesiásticas não alcançam aprisionar a criatividade de nossa gente. Os sem-terra conquistam seus direitos com muita reza e com





Bíblia na mão. Não raro, encontros sindicais concluem com um pai-nosso. No dia-a-dia, nas casas e nos ônibus, a religião anda solta.

Aos olhos da Bíblia até é bom que assim seja. O Deus da Bíblia não é Deus de sacristia. Restringi-lo a algumas paredes, circunscrevê-lo ao coração ou delimitá-lo é coisa insuportável. Seria idolatria. E, de fato, o deus-sacristia tem jeito de ídolo. O deus-coração até tende para a heresia.

O testemunho bíblico põe a religião na rua. Capta-a por toda parte,

no êxodo libertador e nos cantares. A manjedoura de Belém e a casa da prostituta Raabe fazem parte. E nem mesmo a besta do apocalipse está esquecida. Sim, a criação toda aguarda a revelação!

De fato, não há como excluir a política da experiência com o Deus bíblico. Fazê-lo é abdicar da fé. Estaríamos negando que Deus libertou seu povo do Egito. Estaríamos negando que o Messias Jesus foi morto numa cruz, este símbolo da opressão romana contra povos dominados.

As coisas políticas integram, pois, o testemunho do Deus bíblico. São-lhe partes inalienáveis.

Mas não se pode parar por aí. Isso ainda seria muito genérico. Por certo é verdadeiro, mas está distante. Um passo a mais é inevitável.

Acontece que lá na Bíblia a política não é experimentada em generalidades, nem de algum jeito etéreo. Parte de um ponto concreto, definido, visível. Parte dos empobrecidos, daqueles que eram escravos do faraó no Egito, daqueles que o império romano massacrava na Palestina.

Pensemos em Isaías. Foi profeta em Jerusalém, uma capital de Estado. Aí o debate político era intenso. E Isaías viveu este clima político. Posicionou-se.

Ele, como profeta de Deus, não se apartou das coisas políticas. Seu Deus não se restringia às paredes do templo ou ao íntimo da alma. Foi ao encontro dos reis e contestou gerais. Propôs que espadas e lanças fossem transformadas em ferramentas de trabalho, que se promovesse a reforma agrária ao invés de construir tanques de guerra.

Nestas suas posições políticas, o profeta sabia-se motivado pelos mais pobres. Em Jerusalém, neste centro do poder de Estado, havia muita gente empobrecida: lavradores sem-terra, órfãos e viúvas. A defesa do direito do órfão foi o critério para sua posição política.

A religião dos pobres não pode deixar-se confinar à sacristia. Engloba também a política, isto é: a defesa do direito dos empobrecidos.

Milton Schwantes é pastor luterano em Guarulhos (SP) e professor de Bíblia no Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião do IMS, em São Bernardo do Campo (SP).



LEIA E ASSINE TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação mensal voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual: NCz\$ 45,00

Assinatura de apoio: NCz\$ 60,00

Exterior: US\$ 30

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

DA FNM A FIAT

FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA

Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM

José Ricardo Ramalho

Paz e Terra, São Paulo, 1989, 244 páginas, 14x21 cm



Regina Lúcia de Moraes Morel

No momento em que a polêmica sobre estatização *versus* privatização volta a ocupar um espaço importante no debate político no país, em que inúmeros segmentos denunciam o sucateamento de empresas estatais, em que o caso da proposta de venda da Maferesa a grupos privados por um preço irrisório escandaliza a opinião pública, o novo livro de José Ricardo Ramalho, professor do Departamento de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, vem a calhar.

Através dele — resultado de sua tese de doutoramento em Ciência Política, apresentada à Universidade de São Paulo — percorremos a trajetória dramática, quase grotesca, da Fábrica Nacional de Motores, desde sua fundação, na década de 40, até sua venda à Alfa-Romeo, em 1968, e depois à Fiat, em 1976, chegando até a greve de 1981. Na reconstituição desta história, os trabalhadores ocupam a cena principal: os diferentes momentos da empresa são reconstruídos por eles, num processo em que o presente — lembra Ramalho — tem um peso importante, pois é a partir dele que este passado é avaliado.

Uma das principais contribuições deste estudo está, sem dúvida, em apontar para a especificidade do Estado enquanto patrão: as situações de exploração da força de trabalho não são muito diferentes daquela do setor privado, mas as empresas estatais são especialmente sensíveis a modificações na conjuntura econômica e política; além disso, o apelo fácil a valores como “patriotismo” e “engrandecimento nacional” tem um papel importante na legiti-

mação da dominação e nas formas de resistência. A FNM é um caso privilegiado para uma análise comparativa deste tipo, pois produziu, nos quarenta anos analisados, bens distintos e passou também por donos diferentes.

Construída em tempo de guerra, entre 1942 e 1947, em Xerém, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio, sob o domínio autoritário e paternalista do brigadeiro Guedes Muniz, a empresa destinava-se a produzir motores de aviação, na “cidade dos motores”, que não chegou a se concretizar; nos “tempos do brigadeiro”, as relações de trabalho associavam uma rígida disciplina militar com “benefícios sociais” e o respeito à legislação trabalhista. A segunda fase, a da indústria automobilística, inaugura-se em 1947, quando a empresa se transforma em Sociedade Anônima, conservando o seu caráter estatal. É o tempo da fabricação dos poderosos caminhões; nesta fase, que vai até 1968, a gestão dos trabalhadores se modifica: constroem-se vilas operárias ao mesmo tempo que se contratam novos trabalhadores, intensifica-se o ritmo do trabalho e o movimento sindical se fortalece. A terceira fase inaugura-se em 1968, quando as forças sociais dominantes conseguem privatizar a FNM,

vendendo-a para a Alfa-Romeo, transformando totalmente o modelo de dominação. Os operários antigos, os “estáveis”, considerados conservadores em outros momentos, são os guardiões da memória da empresa e vão agora opor à gestão privada as lembranças da “proteção” dos “tempos do brigadeiro”.

Em todas estas fases, Ramalho mostra como vão se construindo identidades de diferentes segmentos operários, estabelecendo-se, ao mesmo tempo, oposições de diversos tipos: entre “comunistas” e “conservadores”, os “de dentro” e os “de fora”, “velhos” e “novos”, correspondendo a cada um “tempos políticos” distintos. Com rigor e sensibilidade, descreve a complexidade das relações sociais que se estabelecem no decorrer do tempo; assim, mais do que a história de uma empresa estatal — e já seria muito — a pesquisa de Ramalho traz contribuições valiosas ao estudo da formação de identidade e comportamento político dos trabalhadores.

Regina Lúcia de Moraes Morel é socióloga, coordenadora dos cursos de pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais (IFCS-UFRJ).

Lançamentos

CRISIS

Revista mensal, tablóide ampliado, 40 páginas, 35 mil exemplares

Circula desde outubro a edição brasileira de *Crisis*, que nos anos 70 transformou-se na melhor revista argentina de cultura, até ser fechada pelos militares em 1976. Traz textos inéditos dos estudantes chilenos que fizeram greve de fome na praça da Paz Celestial e de Eduardo Galeano sobre a Nicarágua.



Estrutura sindical

Cultura e memória

Prefeituras populares

Relações internacionais